



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, outubro/2007

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE

Lindemberg de Lima Bezerra (interino)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 9, setembro 2007. 36 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em setembro, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 44,0 milhões. Trata-se de valor significativamente inferior ao obtido em agosto (R\$ 3,7 bilhões) e se justifica pelo aumento do déficit apresentado pela Previdência Social, em função do pagamento da antecipação do 13º salário a aposentados e pensionistas. Embora o Tesouro Nacional tenha contribuído para o desempenho do mês com superávit de R\$ 9,3 bilhões (R\$ 3,0 bilhões superior ao mês de agosto), a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 9,2 bilhões e R\$ 88,9 milhões, respectivamente. Assim, o desempenho do Governo Central no mês reflete o resultado superavitário do Tesouro Nacional e o déficit do RGPS em níveis semelhantes. A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou pequeno crescimento de 1,5% (R\$ 565,1 milhões), passando de R\$ 38,8 bilhões em agosto para R\$ 39,4 bilhões em setembro, refletindo, por um lado, os incrementos na arrecadação de contribuições (R\$ 476,9 milhões) e demais receitas (R\$ 427,9 milhões) e, por outro lado, a redução de R\$ 339,7 milhões na arrecadação de impostos. As despesas do Tesouro, por sua vez, diminuíram R\$ 1,4 bilhão (R\$ 20,6 bilhões em setembro, ante R\$ 22,1 bilhões em agosto). Tal redução está associada, em boa medida, ao menor dispêndio em outras despesas de capital e custeio, especialmente aquelas relacionadas a créditos extraordinários e ao PPI.

O resultado primário do Governo Central no acumulado de 2007 atingiu R\$ 51,7 bilhões, R\$ 3,5 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior.

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	12,17%
Tesouro	11,86%
Previdência	13,71%
Transferências	12,97%
Receita Líquida	12,01%
Despesas	12,83%
Benefícios	11,19%
Pessoal	12,53%
Custeio e Capital	15,67%
PIB estimado	9,68%

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	AGO 2007	SET 2007	JAN-SET 2006	JAN-SET 2007
I. RECEITA TOTAL	48.673,0	49.294,9	396.270,7	444.507,2
I.1. Receitas do Tesouro	36.891,7	37.834,8	309.802,5	346.546,6
I.1.1. Receita Bruta (1)	38.808,9	39.374,0	316.218,1	354.813,6
I.1.2. (-) Restituições	-1.917,3	-1.529,2	-6.415,7	-8.257,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	-10,1	0,0	-10,1
I.2. Receitas da Previdência Social	11.684,0	11.392,6	85.400,1	97.108,1
I.3. Receitas do Banco Central	97,3	67,5	1.068,1	852,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	8.487,2	7.896,9	67.683,7	76.464,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	40.185,8	41.398,0	328.587,0	368.042,9
IV. DESPESA TOTAL	36.522,2	41.354,0	280.418,6	316.391,5
IV.1. Despesas do Tesouro	22.082,1	20.646,2	159.712,4	182.148,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.682,0	8.962,2	74.726,4	84.091,8
IV.1.2. Custeio e Capital	13.362,0	11.672,9	84.528,1	97.769,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	2.300,4	1.626,2	10.867,0	13.126,4
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	657,3	517,2	4.672,4	4.742,5
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.164,0	1.169,7	8.536,5	10.001,1
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	9.240,3	8.359,8	60.462,3	69.899,5
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	38,1	11,1	458,0	287,4
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	14.270,4	20.550,4	119.480,3	132.848,9
IV.3. Despesas do Banco Central	169,7	157,4	1.225,9	1.393,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.663,5	44,0	48.168,4	51.651,5
V.1. Tesouro Nacional	6.322,3	9.291,7	82.406,3	87.933,5
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.586,4	-9.157,7	-34.080,2	-35.740,8
V.3. Banco Central (4)	-72,5	-89,9	-157,7	-541,3
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,84%	2,77%

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita a contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) e das despesas de pessoal a parcela patronal do CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

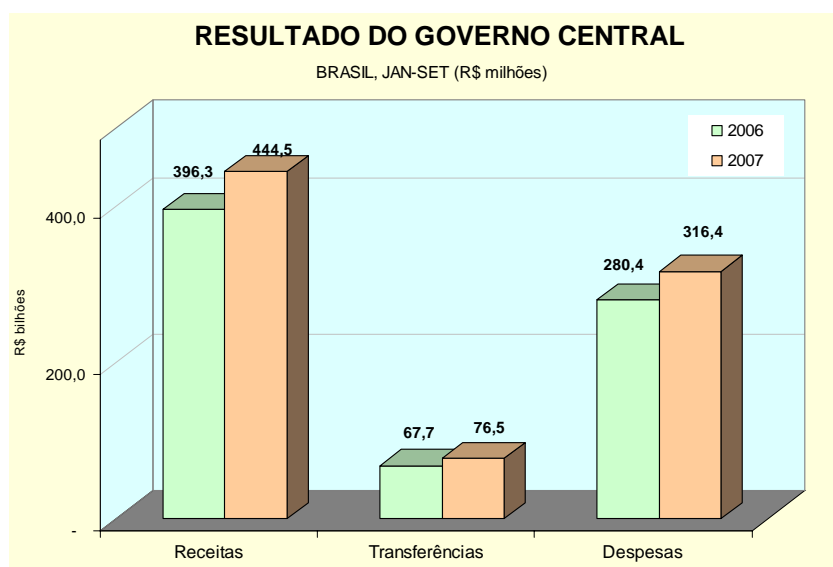
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	4,85%	4,72%
Previdência Social	-2,01%	-1,92%
Banco Central	-0,01%	-0,03%
Governo Central	2,84%	2,77%

A arrecadação do Governo Central cresceu 12,2% em 2007, associada preponderantemente à maior lucratividade das empresas e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do IR e da CSLL.

No ano, o resultado do Governo Central é 7,2% superior ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 51,7 bilhões contra R\$ 48,2 bilhões) e inferior ao crescimento nominal de 9,7% estimado para o PIB do período de janeiro a setembro. Dessa forma, o superávit primário acumulado em relação ao PIB apresenta redução de 0,07 ponto percentual. As receitas vêm crescendo em função do desempenho da economia, da evolução do nível de preços e da massa salarial e por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à SRF, à PGFN e ao INSS. Assim, a receita total do Governo Central este ano cresceu 12,2%, correspondendo a 23,9% do PIB (crescimento de 0,53 ponto percentual em relação a 2006). Todos os subgrupos da receita apresentaram elevação nominal, com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (19,3%), devido ao crescimento, em dólar, do valor das importações tributadas; ii) IPI (17,3%), refletindo o bom resultado apresentado pela indústria ao longo de 2007; iii) IRPF (41,4%), devido, principalmente, à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; e iv) IRPJ (17,5%) e CSLL (16,9%), devido ao incremento da lucratividade em vários setores empresariais. O menor crescimento foi verificado no subgrupo “demais receitas”, o qual apresentou elevação de apenas 2,3% no ano. A explicação para esse percentual menos expressivo está associada à menor arrecadação de dividendos (redução de R\$ 3,1 bilhões) e da cota-parte de compensações (queda de R\$ 1,6 bilhão), que contrabalançaram, parcialmente, o efeito da elevação no recolhimento do conjunto das demais receitas, em especial das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 14,3 bilhões em 2007, contra R\$ 11,2 bilhões no ano anterior).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,33%	23,86%
Transferências	3,98%	4,10%
Receita Líquida	19,35%	19,76%
Despesa Total	16,51%	16,98%
Resultado Primário	2,84%	2,77%

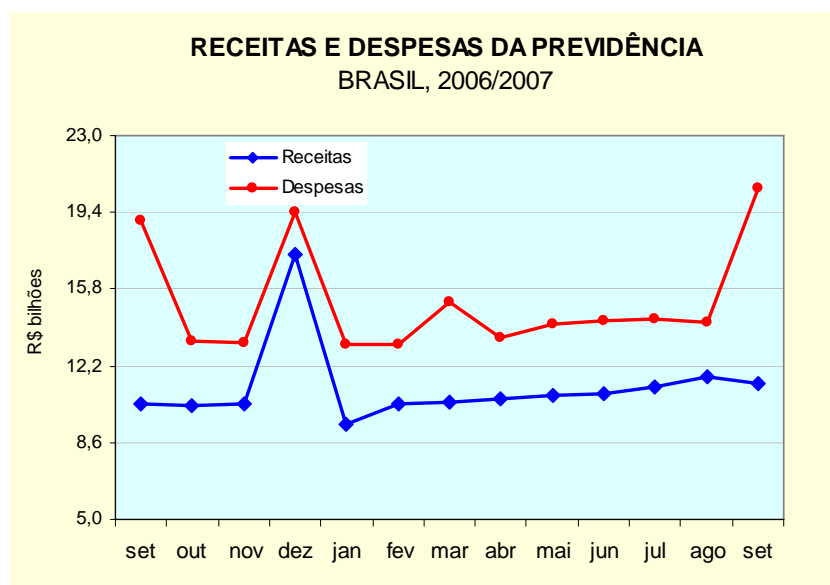


As transferências a estados e municípios cresceram 13,0% (R\$ 8,8 bilhões) em termos nominais. Destaque para o repasse de R\$ 3,1 bilhões a título de auxílio financeiro aos estados e municípios, contra R\$ 1,9 bilhão no mesmo período do ano passado. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 12,7% (R\$ 6,7 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,7%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 14,1% (R\$ 22,4 bilhões) em comparação com o mesmo período de 2006. A elevação é significativa e superior à verificada na receita total, estando presente em todos os subgrupos. Destaque para as despesas com pessoal (12,5%) e para os gastos vinculados ao salário mínimo, tais como LOAS/RMV (17,2%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (21,3%).

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receitas do Tesouro*	18,24%	18,60%
Transferências	3,98%	4,10%
Despesas do Tesouro	9,40%	9,78%
Resultado Primário	4,85%	4,72%

As despesas do Governo Central apresentaram elevação de 13,4%, com tendência de crescimento em todos os subgrupos. As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 14,1% e os benefícios previdenciários, 11,2%.



O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 35,7 bilhões até setembro de 2007, R\$ 1,7 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior.

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 1,7 bilhão e deveu-se ao aumento do número médio de benefícios pagos (21,8 milhões até setembro de 2007 contra 21,2 milhões no mesmo período de 2006), à elevação do salário mínimo e às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 937,9 milhões (26,8%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006. O expressivo aumento de 15,6% na arrecadação, como decorrência sobretudo do crescimento da massa salarial e do nível de emprego formal, foi insuficiente para reduzir o déficit do Regime Geral de Previdência Social em termos nominais. Como proporção do PIB, o déficit apresenta redução de 0,09 ponto percentual.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,03%	5,21%
Benefícios	7,03%	7,13%
Resultado Primário	-2,01%	-1,92%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/07	SET/07
Impostos	16.704,6	16.364,9
Imposto de Renda	11.869,6	11.338,4
IPI	2.978,4	3.100,5
Outros	1.856,7	1.926,0
Contribuições	18.035,5	18.512,3
Cofins	8.741,8	9.193,9
CPMF	2.987,8	3.129,8
CSLL	2.492,2	2.332,3
Cide - Combustíveis	649,3	695,2
Outras	3.164,4	3.161,1
Demais	4.068,8	4.496,7
Cota parte	878,6	856,3
Diretamente Arrecadada	1.614,2	1.361,7
Dividendos da União	303,4	733,2
Outras	1.272,6	1.545,6
Total Bruto	38.808,9	39.374,0

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e retis foram distribuídos nos respectivos tributos.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 39,4 bilhões em setembro, contra R\$ 38,8 bilhões no mês anterior (acréscimo de 1,5%), como reflexo dos acréscimos nos recolhimentos das contribuições sociais e demais receitas do Tesouro Nacional.

A receita de impostos decresceu R\$ 339,7 milhões (2,0%), passando de R\$ 16,7 bilhões em agosto para R\$ 16,4 bilhões este mês. O volume total de arrecadação das contribuições alcançou R\$ 18,5 bilhões, R\$ 476,9 milhões (2,6%) inferior ao mês anterior. As demais receitas totalizaram R\$ 4,5 bilhões ante R\$ 4,1 bilhões em agosto, apresentando portanto um aumento de R\$ 427,9 milhões (10,5%) relativamente ao mês anterior. Entre os fatores que explicam tais comportamentos, destacam-se os seguintes: i) menor número de dias úteis em setembro do que em agosto, afetando o recolhimento de tributos com recolhimento diário (e. g. Imposto sobre Importação e IPI Vinculado à Importação); e ii) recolhimentos atípicos do IRPJ (aproximadamente R\$ 470,0 milhões) e da CSLL (aproximadamente R\$ 200,0 milhões) por parte das instituições financeiras em agosto.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Impostos	7,73%	8,16%
Imposto de Renda	5,79%	6,09%
IPI	1,19%	1,28%
Outros	0,74%	0,79%
Contribuições	8,35%	8,51%
Cofins	3,94%	3,99%
CPMF	1,37%	1,43%
CSLL	1,25%	1,33%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,32%
Outras	1,44%	1,44%
Demais	2,55%	2,37%
Cota parte	0,82%	0,66%
Diretamente Arrecadada	0,66%	0,77%
Dividendos da União	0,57%	0,35%
Outras	0,50%	0,59%
Total Bruto	18,62%	19,05%

No acumulado de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 38,6 bilhões (12,2%) quando comparado ao mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 316,2 bilhões para R\$ 354,8 bilhões. Esse montante equivale a 19,05% do PIB, dos quais 8,16% correspondem à arrecadação de impostos, 8,51% de contribuições e 2,37% relativos às demais receitas.

O aumento na arrecadação de impostos e contribuições é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- crescimento de R\$ 7,5 bilhões (17,5%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 3,6 bilhões (16,9%) na arrecadação de CSLL, em função da maior lucratividade das empresas de variados setores econômicos. Os setores que mais contribuíram para o crescimento da arrecadação conjunta de IRPJ e CSLL foram: fabricação de veículos automotores (aumento de 111% na arrecadação), telecomunicações (aumento de 52%), serviços financeiros (aumento de 39%), metalurgia (aumento de 35%) e eletricidade (aumento de 22%);
- incremento de R\$ 7,4 bilhões (11,0%) na Cofins e de R\$ 1,7 bilhão (9,6%) no PIS/Pasep, explicado principalmente pelo crescimento da arrecadação dos setores de fabricação de veículos, telecomunicações e comércio;
- elevação de R\$ 4,6 bilhões (9,6%) no IRRF, devido ao crescimento de 14,6% no IRRF - rendimentos do trabalho, influenciado pela crescimento

da massa salarial, de 7,6% no IRRF - remessas ao exterior e de 11,0% no IRRF - outros rendimentos;

- d) crescimento de R\$ 3,5 bilhões (17,3%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: IPI - automóveis, decorrente do aumento de vendas no mercado interno; IPI - outros, decorrente do crescimento dos setores de metalurgia, fabricação de produtos químicos e fabricação de caminhões e ônibus; e IPI vinculado, decorrente da elevação de 28,4% no valor em dólar das importações tributadas, de 10,9% na alíquota média do imposto e da redução de 8,4% na taxa média de câmbio;
- e) acréscimo de R\$ 3,0 bilhões (41,4%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens, explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias (DOI) e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias (Dimob). No caso dos ganhos em operações em bolsa, o aumento na arrecadação tem como importante fator o aumento do volume de negócios na BOVESPA no ano de 2007.

As demais receitas, por sua vez, somaram R\$ 44,2 bilhões até setembro de 2007, apresentando acréscimo de R\$ 1,0 bilhão (2,3%) em relação ao do mesmo período do ano anterior. As receitas da cota parte de compensações financeiras e de dividendos da União apresentaram reduções de R\$ 1,6 bilhão (11,3%) e R\$ 3,1 bilhões (31,9%), respectivamente. Por outro lado, as receitas diretamente arrecadadas cresceram R\$ 3,0 bilhões (27,0%) e as outras receitas aumentaram R\$ 1,7 bilhão (51,4%), com destaque para a recuperação, em 2007, de débitos de exercícios anteriores no âmbito da Medida Provisória nº 303/2006. Também apresentaram crescimento as receitas da CPSS e de concessões: em conjunto, o acréscimo foi de R\$ 868,0 milhões (17,1%)

Em setembro, as transferências a estados e municípios somaram R\$ 7,9 bilhões, contra R\$ 8,5 bilhões em agosto, correspondendo a uma redução de 7,0%. As transferências dos fundos de participação elevaram-se em R\$ 237,3 milhões, como consequência da maior arrecadação de tributos compartilhados (IR e do IPI); houve também o repasse, nos dias 26 e 27 de setembro, de R\$ 88,8 milhões relativo à arrecadação não classificada no período de 1º de junho de 2006 a 31 de agosto de 2007 do parcelamento ao amparo da Medida Provisória nº 303/2006. Não obstante, houve redução de R\$ 826,9 milhões nas demais transferências, em decorrência da sazonalidade de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural. No mês, esses repasses foram de R\$ 654,1 milhões contra R\$ 1,5 bilhão em agosto.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	2.265,4	957,8
CEF	1.100,2	996,8
BNDES	3.041,7	923,6
Eletrobrás	-	124,4
ECT	299,6	267,2
IRB	130,1	15,8
Serpro	0,2	29,4
BASA	126,8	109,3
FND	15,2	32,2
BNB	41,6	117,9
Demais	278,8	405,4
Total	9.640,3	6.567,8

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/07	SET/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	6.164,5	6.401,7
CIDE-Combustíveis	-	-
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	271,6	270,8
Demais	2.051,1	1.224,3
Total	8.487,2	7.896,9

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	Agô	Set
Terceiro Decênio	8.696,1	8.014,6
Primeiro Decênio	2.835,2	2.991,3
Segundo Decênio	1.895,7	2.640,8
Total	13.427,0	13.646,7

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,09%	3,18%
CIDE - Combustíveis	0,08%	0,07%
Lei Complementar nº 115/2002 ¹	0,11%	0,17%
Demais	0,70%	0,69%
Total	3,98%	4,10%

¹ Inclui auxílio financeiro

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	52.547,6	59.200,7
CIDE - Combustíveis	1.323,5	1.379,5
Lei Complementar nº 115/2002	1.909,7	3.091,4
Demais	11.902,9	12.792,7
Total	67.683,7	76.464,3

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/07	SET/07
Pessoal e Encargos	8.682,0	8.962,2
Custeio e Capital	13.362,0	11.672,9
Despesas do FAT	2.300,4	1.626,2
Subsídios e Subvenções ¹	657,3	517,2
LOAS/RMV	1164,0	1169,7
Outras	9.240,3	8.359,8
Transferência ao Bacen	38,1	11,1

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	AGO/07	SET/07
Agricultura	524,2	231,0
Custeio Agropecuário	194,5	82,2
Investimento Rural	16,9	0,1
Preços Agrícolas	71,5	88,6
- EGF	-	-
- AGF	0,5	40,6
- Sustentação de preços	71,0	48,0
Pronaf	223,1	42,3
Pesa	17,8	17,8
Securitização	-	-
Fundo da Terra/Incrá	60,5	118,9
FUNCAFÉ	0,0	0,0
Outras áreas	22,7	57,4
Habitação (PSH)	0,4	-
Exportação (Proex)	21,9	22,2
FND (BNDES)	(60,0)	(83,8)
Total	546,9	288,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 8,8 bilhões (13,0%), elevando-se de R\$ 67,7 bilhões em 2006 para R\$ 76,5 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,10 pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (3,98 pontos percentuais do PIB).

As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 6,7 bilhões (12,7%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. As transferências relativas à prestação de auxílio financeiro totalizaram R\$ 3,1 bilhões em 2007 contra R\$ 1,9 bilhão em igual período de 2006, aumento de 61,9% decorrente do repasse de: i) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 355/2007 (convertida na Lei nº 11.492/2007) que foi realizado em março; ii) R\$ 650,0 milhões referentes às seis primeiras parcelas transferidas até o mês de setembro do montante total de R\$ 975,0 milhões previsto na MP nº 368/2007 (convertida na Lei nº 11.512/2007), para ser repassado em nove parcelas; e iii) R\$ 1,5 bilhão (dos R\$ 1,9 bilhão previsto na MP nº 376/2007 para repasse até dezembro de 2007). As demais transferências, por sua vez, aumentaram R\$ 889,7 milhões (7,5%), reflexo da elevação de R\$ 1,2 bilhão nas transferências para o Fundeb e de R\$ 242,6 milhões nas transferências com salário-educação, compensadas, parcialmente, pela redução de R\$ 550,1 milhões na cota parte de compensações financeiras.

Em setembro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 20,6 bilhões, apresentando decréscimo de R\$ 1,4 bilhão (6,5%) relativamente a agosto. A queda concentrou-se nos gastos de custeio e capital com redução de R\$ 1,7 bilhão (12,6%), nas rubricas de despesas do FAT de R\$ 674,1 milhões (29,3%), em função de menor desembolso no pagamento do abono salarial, de subsídios e subvenções econômicas no valor de R\$ 140,1 milhões (21,3%) e de “outras despesas de custeio e capital”, R\$ 880,5 milhões (9,5%). As despesas de pessoal e encargos sociais, por sua vez, tiveram crescimento de R\$ 280,2 milhões (3,2%) em relação ao mês anterior.

Quanto às despesas com subsídios e subvenções econômicas, o decréscimo ocorreu principalmente no âmbito das operações oficiais de crédito, em função da diminuição de R\$ 112,3 milhões no Programa de Custeio Agropecuário e de R\$ 180,9 milhões no Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), compensada pelo crescimento nos dispêndios do Fundo da Terra (R\$ 58,5 milhões) e dos Fundos Regionais (R\$ 67,6 milhões).

Nas outras despesas de custeio e capital, as principais diminuições ficaram por conta da execução dos créditos extraordinários, que caíram R\$ 179,5 milhões (44,6%), Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), com redução de R\$ 360,9 milhões (51,8%) em relação ao mês anterior, e outras despesas obrigatórias que registraram queda de R\$ 80,2 milhões (111,8%).

As despesas discricionárias apresentaram redução de R\$ 241,1 milhões (3,1%) em relação a agosto, em decorrência da queda nos dispêndios dos Ministérios da Saúde (R\$ 348,2 milhões), da Educação (R\$ 74,1 milhões) e da Justiça (R\$ 39,8), não obstante o aumento registrado nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 114,4 milhões) e demais (R\$ 112,8 milhões).

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,78% do PIB, contra 9,40% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 22,4 bilhões (14,0%) em relação a 2006, acima do crescimento nominal do PIB no período (9,68%).

Destacam-se os incrementos nas despesas de custeio e capital de R\$ 13,2 bilhões (15,7% ou 0,27 ponto percentual do PIB) e nos gastos com pessoal e encargos sociais de R\$ 9,4 bilhões (12,5% ou 0,11 ponto percentual do PIB).

No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial no período foi de R\$ 963,8 milhões. Neste montante estão computados precatórios relativos aos Poderes no valor de R\$ 2,1 bilhões, pagos pelas Justiças do Trabalho e Federais, frente ao montante de R\$ 2,6 bilhões no mesmo período de 2006, decréscimo de 16,4%. No âmbito do Poder Executivo, o acréscimo na despesa foi de R\$ 8,4 bilhões em função, principalmente, de reestruturações de carreiras específicas de servidores públicos, civil e militar.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,98% para 5,25% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas “outras despesas de custeio e capital” (0,19 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,06 p.p. do PIB) e LOAS/Renda Mensal Vitalícia (0,03 p.p. do PIB). Em contrapartida, reduziram-se os dispêndios com “subsídios e subvenções econômicas” (0,02 p.p. do PIB), incluindo-se nessas últimas as despesas com reordenamento de passivos.

Os gastos com LOAS/RMV apresentaram crescimento de R\$ 1,5 bilhão (17,2%) em relação ao mesmo período de 2006. Constata-se que a variação média dos benefícios emitidos no exercício é 2% inferior à variação média de igual

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	AGO/07	SET/07
Sentenças Judiciais	15,9	10,0
Legislativo/Judiciário	388,2	375,5
Crédito Extraordinário ¹	402,4	222,8
Projeto Piloto de Investimento ²	697,2	336,3
Outras ³	71,7	(8,5)
Discricionárias	7.664,9	7.423,7
d/q Min. da Saúde	3.209,6	2.861,4
Min. do Des. Social	896,7	1.011,1
Min. da Educação	681,5	607,3
Min. da Defesa	509,9	516,2
Min. da Ciência e Tecnologia	226,1	229,3
Min. do Des. Agrário	102,9	84,1
Min. da Justiça	153,0	113,2
Min. da Previdência	125,4	165,6
Min. das Cidades	91,5	54,5
Demais	1.668,3	1.781,1
Total	9.240,3	8.359,8

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público

² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.438, de 28/12/06 (LDO-2007).

³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Pessoal e Encargos	4,40%	4,51%
Custeio e Capital	4,98%	5,25%
Despesas do FAT	0,64%	0,70%
Subsídios e Subvenções ¹	0,28%	0,25%
LOAS/RMV	0,50%	0,54%
Outras	3,56%	3,75%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,02%

¹ Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

período do ano anterior, ocorrendo redução em 3,0% no caso do grupo dos idosos e 2,0% para os portadores de deficiência, com isso a concessão de benefícios atingiu 2,5 milhões de indivíduos.

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS BRASIL, 2001-2007						
	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-set/01	1.275.824	-	436.702	-	839.122	-
média jan-set/02	1.425.843	12%	516.803	18%	909.040	8%
média jan-set/03	1.614.796	13%	617.997	20%	996.799	10%
média jan-set/04	1.853.064	15%	788.839	28%	1.064.225	7%
média jan-set/05	2.146.217	16%	985.984	25%	1.160.233	9%
média jan-set/06	2.364.966	10%	1.117.497	13%	1.247.469	8%
média jan-set/07	2.547.066	8%	1.224.488	10%	1.322.578	6%

As despesas do FAT atingiram R\$ 13,1 bilhões nos nove primeiros meses de 2007, contra R\$ 10,9 bilhões em igual período do ano anterior, apresentando crescimento de R\$ 2,3 bilhões (20,8%) comparativamente ao período de janeiro a setembro de 2006 (variação de 0,06 p.p. do PIB). Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vista a facilitar o acesso ao benefício, em especial o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e o número de beneficiários identificados, que passou de 11,8 milhões para 13,9 milhões de trabalhadores. Outros fatores explicativos para o crescimento das despesas do FAT são o reajuste do salário mínimo e a abertura do calendário de pagamento do abono salarial que já representou, nos dois primeiros meses, 34,5% dos dispêndios previstos para o exercício de 2007.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO ¹	2006	2007
Agricultura	2.225,5	3.251,7
Custeio Agropecuário	136,7	780,9
Investimento Rural	326,2	25,7
Preços Agrícolas	928,9	1.102,3
- EGF	2,1	6,5
- AGF	371,1	189,4
- Sustentação de preços	555,7	906,5
Pronaf	338,4	642,0
Pesa	267,3	233,1
Cacau	0,6	0,3
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	227,2	467,4
FUNCAFÉ	0,0	0,1
Outros	-710,0	-236,4
Habituação (PSH)	284,8	126,8
FND	-1.216,7	-531,4
Exportação (Proex)	221,8	168,3
Total	1.515,4	3.015,3

¹ Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção

² Dados revisados

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 4,7 bilhões, apresentando pequena redução (R\$ 70,2 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado. Os destaques ficaram por conta do incremento nos dispêndios com os programas: i) custeio agropecuário (R\$ 644,1 milhões), ii) sustentação de preços (R\$ 350,8 milhões), iii) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, (R\$ 303,7 milhões), iv) Fundo da Terra (R\$ 240,2 milhões), v) Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND (R\$ 685,3). Em compensação, houve redução no Programa de investimento rural (R\$ 300,6 milhões), nas Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 181,8 milhões), no Subsídio à Habituação de Interesse Social – PSH (R\$ 158,1 milhões) e no reordenamento de passivos (R\$ 1,4 bilhão), este último

explicado pela não ocorrência de gasto em 2007, frente ao dispêndio de R\$ 1,5 bilhão na capitalização da Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), no mesmo período do ano anterior.

A execução financeira do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 2,6 bilhões em 2007, contra R\$ 1,7 bilhão em 2006.

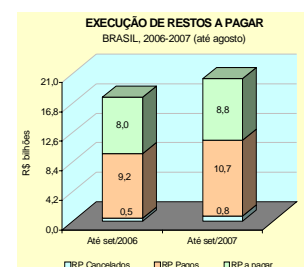
Em relação ao mesmo período do ano passado, houve realização de R\$ 2,9 bilhões com a execução de créditos extraordinários, 32,8% superior ao executado em igual período de 2006. Destacam-se as ações de recuperação de danos causados por desastres naturais e socorro e assistência às pessoas atingidas, a implantação de infra-estrutura física e tecnológica para a realização dos jogos Pan-americanos e Para-Pan americanos, além de implantação e ampliação de sistemas públicos de abastecimento de água e esgoto sanitário. Houve também aumento de 23,7% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 1,2 bilhão até setembro. Os gastos discricionários cresceram R\$ 7,3 bilhões (14,0%), dos quais R\$ 1,8 bilhão destinados ao Ministério da Saúde, R\$ 1,3 bilhão ao Ministério de Desenvolvimento Social e R\$ 943,6 milhões ao Ministério da Defesa.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 10,7 bilhões, equivalentes a 55,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 50,3% no mesmo período de 2006. Dos restos a pagar pagos até setembro, R\$ 6,2 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 45,9% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 1,7 bilhão), Saúde (R\$ 1,1 bilhão) e Educação (R\$ 594 milhões). Os principais programas beneficiados nesses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária (R\$ 845,3 milhões), os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul, Nordeste e Leste (R\$ 861,8), o fomento ao desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria (R\$ 223,2), o Saneamento Ambiental Urbano (R\$ 366,5 milhões) e os programas Universidade do Século XXI (R\$ 305,0 milhões), Democratizando o Acesso à Educação Profissional (R\$ 125,8 milhões) e Brasil Escolarizado (R\$ 113,4 milhões).

Em setembro, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 9,2 bilhões, superior em R\$ 6,6 bilhões ao registrado em agosto. A elevação do déficit primário se explica essencialmente pelo pagamento antecipado de metade do abono de gratificação natalina aos aposentados e pensionistas do RGPS. No acumulado do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 35,7

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL - JAN-SET (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	948,2	1.172,4
Legislativo/Judiciário	3.179,7	3.508,6
Crédito Extraordinário ¹	2.155,6	2.863,5
Projeto Piloto de Investimento ²	1.658,9	2.563,1
Outras ³	545,1	570,2
Discricionárias	51.964,9	59.221,8
d/q Min. da Saúde	24.968,7	26.781,7
Min. do Des. Social	6.476,3	7.797,3
Min. da Educação	5.002,5	5.144,6
Min. da Defesa	2.839,7	3.783,3
Min. da Ciência e Tecnologia	1.460,6	1.893,9
Min. do Des. Agrário	1.021,8	1.122,8
Min. da Previdência	677,6	1.009,1
Min. da Justiça	829,3	959,4
Min. dos Transportes	1.246,2	892,8
Demais	7.442,1	9.836,8
Total	60.452,3	68.899,5

¹ Exclui crédito extraordinário relativo a Projeto Piloto de Investimento Público
² Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.438, de 29/12/06 (LDO-2007).
³ Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.



Previdência Social

bilhões, contra R\$ 34,1 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 4,9%).

Em setembro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 9,2 bilhões. No período de janeiro a setembro de 2007, o déficit atingiu R\$ 35,7 bilhões, equivalente a 1,92% do PIB. Em igual período de 2006, o déficit acumulado atingiu R\$ 34,8 bilhões, equivalente a 2,01% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	AGO	SET	JAN-SET	
	2007	2007	2006	2007
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	11.684,0	11.392,6	85.400,1	97.108,1
Arrecadação Bruta	12.889,6	12.584,4	92.989,3	107.521,1
- Contribuição Previdenciária	11.737,0	11.545,5	85.368,5	98.563,6
- Simples	918,0	750,7	5.687,4	6.814,5
- CFT	31,8	53,7	510,5	524,3
- Depósitos Judiciais	154,0	185,0	1.014,7	1.198,2
- Refis	25,4	26,0	254,3	212,6
- Outras Receitas	23,4	23,5	153,7	208,0
(-) Restituição/Devolução	-51,3	-22,6	-362,2	-375,2
(-) Transferências a Terceiros	-1.154,3	-1.169,1	-7.227,0	-10.037,8
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	14.270,4	20.550,4	119.480,3	132.848,9
Benefícios Previdenciários	14.270,4	20.550,4	119.480,3	132.848,9
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-2.586,4	-9.157,7	-34.080,2	-35.740,8
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-2,01%	-1,92%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-SET (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	85.400,1	97.108,1	13,7%
Benefícios	119.480,3	132.848,9	11,2%
Resultado Primário	-34.080,2	-35.740,8	4,9%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 11,4 bilhões em agosto, representando queda de R\$ 291,4 milhões (2,5%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. Em relação aos três primeiros trimestres de 2006, a arrecadação líquida apresentou aumento de R\$ 11,7 bilhões (13,7%). Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela arrecadação das contribuições previdenciárias, que passou de R\$ 85,4 bilhões para R\$ 98,6 bilhões (elevação de 15,5%), explicada sobretudo pelo crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a agosto de 2007 foi 10,0% superior à verificada no período correspondente de 2006.

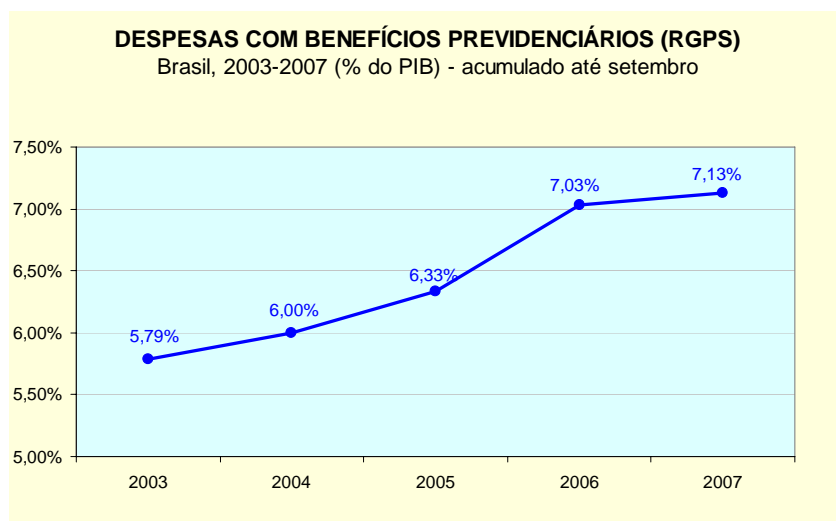
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, MÉDIA JAN-SET			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,2	21,8	2,9%
Valor médio RGPS**	554,2	588,2	6,1%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

As despesas com benefícios apresentaram, em setembro, aumento de R\$ 6,3 bilhões (44,0%) com relação ao mês anterior. Essa elevação decorreu do cumprimento das disposições do Decreto nº. 6.164, de 20 de julho de 2007, que em seu art. 1º. determinou que até metade do abono anual previdenciário (correspondente à gratificação natalina dos empregados) fosse paga aos segurados e seus dependentes em setembro. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 13,4 bilhões (11,2%), atingindo o montante de R\$ 132,8 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 33,93 (6,1%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com

valores acima do piso; e ii) elevação de 606,5 mil (2,9%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a setembro de cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,79% do PIB; em 2007, correspondem a 7,13%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,34 ponto percentual do PIB por ano.



Em percentual do PIB, as despesas com benefícios previdenciários do RGPS cresceram 23,1%, passando de 5,79% do PIB no acumulado de janeiro a setembro de 2003 para 7,13% do PIB no mesmo período em 2007.

No estoque de benefícios dos nove primeiros meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 358,3 mil aposentadorias (2,7%), de 140,5 mil pensões por morte (2,4%) e de 106,6 mil benefícios de auxílio-doença (7,5%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006-2007

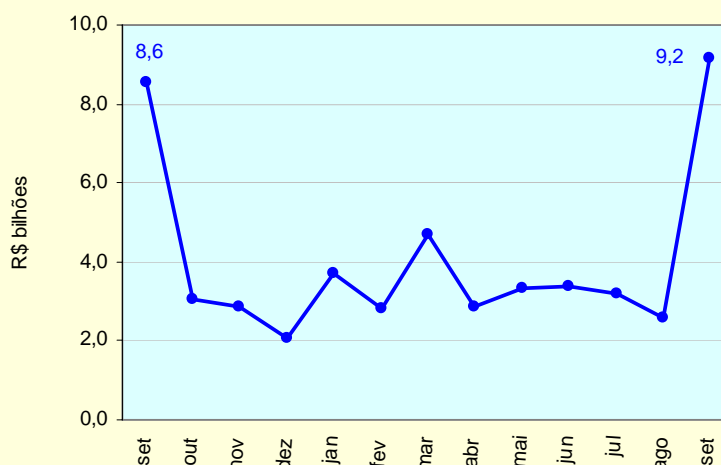
	Em mil benefícios		
	SET	JAN-SET	
	2007	2006	2007
Benefícios do RGPS	22.020	21.181	21.788
Previdenciários	21.245	20.448	21.040
Aposentadorias	13.734	13.222	13.579
Idade	7.100	6.772	7.001
Invalidez	2.735	2.714	2.736
Tempo de contribuição	3.899	3.736	3.842
Pensão por morte	6.043	5.839	5.981
Auxílio-Doença	1.385	1.313	1.403
Salário - maternidade	44	41	41
Outros	38	33	37
Acidentários	776	733	748
Aposentadorias	148	146	147
Pensão por morte	129	130	129
Auxílio - doença	145	101	117
Auxílio - acidente	270	269	270
Auxílio - suplementar	83	88	85

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

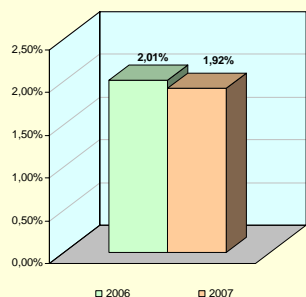
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,03%	5,21%
Benefícios	7,03%	7,13%
Resultado Primário	-2,01%	-1,92%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,18 ponto percentual em relação ao período de janeiro a setembro do ano passado, superando o aumento de 0,10 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS caiu para 1,92% do PIB, 0,09 ponto percentual menor que o mesmo nível registrado em idêntico período de 2006 (2,01%).

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2006/2007



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Set (% do PIB)



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 654,8 bilhões, equivalente a 26,3% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em termos nominais, houve redução de R\$ 1,9 bilhão frente ao saldo encerrado em agosto. Essa redução é explicada, principalmente, pela apreciação cambial ocorrida no mês, a qual reduziu o saldo da dívida externa apurado em moeda local.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006	2007	
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	428.256	536.520	542.732
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.060.427	1.200.096	1.212.089
Dívida Contratual da STN	-452.968	-466.980	-471.941
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-179.203	-196.595	-197.417
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	138.959	120.205	112.113
Dívida Mobiliária em Poder do Público	109.074	93.711	87.341
Dívida Contratual	30.183	26.789	25.058
Disponibilidades	-297	-294	-286
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	567.215	656.726	654.845
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,0%	26,6%	26,3%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

Em setembro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 654,8 bilhões, o equivalente a 26,3% do PIB acumulado em doze meses.

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de agosto com saldo de R\$ 542,7 bilhões, equivalentes a 21,8% do PIB. Esse montante supera o saldo observado no mês anterior em R\$ 6,2 bilhões. O saldo da dívida mobiliária em poder do público apresentou crescimento de R\$ 12,0 bilhões, resultado da apropriação por competência dos juros nominais, e da emissão líquida verificada no período que foi de R\$ 833,0 milhões.

Os haveres contratuais líquidos do Tesouro Nacional, Fundos, Autarquias e Fundações apresentaram elevação de R\$ 5,8 bilhões. A principal elevação foi provocada pelo crescimento dos haveres no âmbito da Lei nº 9.496/1997, cujo saldo devedor aumentou R\$ 4,2 bilhões, devido à atualização dos saldos devedores pelo IGP-DI de agosto em 1,39%, conforme regra de correção monetária definida contratualmente. Destacam-se também a ampliação do saldo devedor no âmbito da MP 2.185/01 em R\$ 793,5 milhões – pela mesma razão citada anteriormente – e a inclusão, na DLTN, dos haveres do Programa Nacional de

Dívida Interna Líquida

Em setembro, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 542,7 bilhões, o equivalente a 21,8% do PIB.

Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros – PNAFE – cujo saldo devedor em setembro foi de R\$ 595,3 milhões. Esse programa prevê que os recursos captados pela União junto ao BID sejam repassados para os Estados com o objetivo de assegurar o fortalecimento e modernização das administrações fiscais dos entes da federação.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 SET	2007 AGO	2007 SET
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	428.256	536.520	542.732
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	1.060.427	1.200.096	1.212.089
LFT	432.052	413.923	405.098
LTN	325.839	314.723	320.843
NTN-B	153.724	224.631	236.308
NTN-C	65.438	64.554	65.380
NTN-D	1.297	1.171	1.114
NTN-F	23.546	122.177	125.484
Demais	35.024	32.708	32.086
Dívida Securitizada	19.612	21.741	21.281
TDA	3.893	4.468	4.495
DÍVIDA CONTRATUAL	-632.171	-663.575	-669.358
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-452.968</i>	<i>-466.980</i>	<i>-471.941</i>
Dívida Bancária	24.204	23.107	22.989
Lei nº 7.976/89	-3.524	-2.362	-2.238
Lei nº 8.727/93	-46.944	-45.450	-45.330
Lei nº 9.496/97	-259.370	-272.293	-276.486
Renegociação Dívidas Municipais	-39.960	-42.356	-43.149
Demais Haveres da STN	-127.374	-127.626	-127.726
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-179.203</i>	<i>-196.595</i>	<i>-197.417</i>
FAT	-127.145	-136.352	-135.925
Demais Entidades	-52.058	-60.244	-61.492
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	46,7%	48,5%	48,7%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-27,8%	-26,8%	-26,9%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-19,9%	-18,9%	-19,0%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	18,8%	21,7%	21,8%

A Dívida Interna Líquida passou de R\$ 536,5 bilhões em agosto para R\$ 542,7 bilhões em setembro.

Emissões e Resgates

Em setembro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 42,7 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 41,9 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 833,0 milhões.

As emissões líquidas de títulos totalizaram R\$ 883,0 milhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 42,5 bilhões, sendo: i) R\$ 17,9 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro de 2010 e março de 2013; ii) R\$ 12,2 bilhões em NTN-B, com vencimentos entre novembro de 2009 a maio de 2045; iii) R\$ 10,1 bilhões em LTN, com vencimentos em abril e outubro de 2008 e outubro de 2009; e iv) R\$ 2,3 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2011, 2013 e 2017.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 199,0 milhões, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 108,9 milhões de títulos da dívida agrária, para fins de indenização de desapropriações para a reforma agrária; ii) R\$ 61,4 milhões em CFT-E1 para o Fies; iii) R\$ 17,9 milhões em NTN-I para o Proex; e iv) R\$ 10,7 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS-B) para novação de dívidas com o FGTS.

BRASIL, SET/2007				
R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	42.459,2	199,0	45,3	42.703,5
LFT	17.868,6	0,0	8,1	17.876,7
LTN	10.059,2	0,0	13,8	10.073,1
NTN-B	12.232,7	0,0	17,5	12.250,2
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	2.298,7	0,0	5,9	2.304,6
TDA	0,0	108,9	0,0	108,9
Securitizada*	0,0	10,7	0,0	10,7
Demais	0,0	79,3	0,0	79,3
II. RESGATES**	40.561,3	1.287,2	22,0	41.870,5
LFT	29.976,5	69,3	5,2	30.051,1
LTN	7.246,0	0,0	5,9	7.251,9
NTN-B	2.721,2	175,2	4,8	2.901,2
NTN-C	465,5	31,8	2,3	499,6
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	152,2	0,0	3,7	155,9
TDA	0,0	87,6	0,0	87,6
Securitizada*	0,0	586,6	0,0	586,6
Demais	0,0	336,6	0,0	336,6
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	1.897,9	-1.088,2	23,3	833,0

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 45,3 milhões, distribuídas da seguinte forma: i) R\$ 17,5 milhões em NTN-B com vencimentos entre maio de 2009 e maio de 2045; ii) R\$ 13,8 milhões em LTN com vencimentos entre abril de 2008 e outubro de 2009; iii) R\$ 8,1 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2013; e iv) R\$ 5,9 milhões em NTN-F com vencimentos entre janeiro de 2010 e janeiro de 2017.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em setembro atingiu R\$ 41,9 bilhões, sendo R\$ 32,3 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 9,6 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,2 bilhões em LFT aceitas no leilão de troca desse mesmo título; ii) R\$ 2,3 bilhões em LTN aceitas no leilão de troca desse mesmo título; iii) R\$ 2,8 bilhões em NTN-B, R\$ 380,7 milhões em LFT e R\$ 377,4 milhões de NTN-C aceitas no leilão de troca de NTN-B; e iv) R\$ 500,0 milhões de títulos da dívida

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em setembro, as emissões do Programa Tesouro Direto realizadas atingiram o montante de R\$ 45,3 milhões. Os títulos mais demandados pelos investidores foram os prefixados, representando 43,45% do montante vendido, sendo que a LTN apresentou participação de 30,48% e a NTN-F de 12,97%. A participação das NTN-B (incluindo NTN-B Principal) foi de 38,66% e a da LFT foi de 17,89%. Em 2007, o volume de vendas atingiu R\$ 629,6 milhões.

Com relação ao número de novos investidores cadastrados no mês, houve um aumento de 8,05% em relação ao mesmo mês do ano anterior, alcançando 1.745 novos cadastros. Desde o início do programa esse número chegou a 94.276 (aumento de 39,43% em 12 meses).

securitizada (CVS-A) aceitos em pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de: i) 0,79 ponto percentual na participação de títulos indexados a índice de preços devido à emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 9,3 bilhões; e de ii) 0,42 ponto percentual na participação de títulos prefixados devido às emissões líquidas de LTN e de NTN-F, no valor de R\$ 2,8 bilhões e R\$ 2,1 bilhões, respectivamente. A participação dos títulos remunerados pela taxa Selic sofreu redução de 1,08 ponto percentual devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 12,2 bilhões.

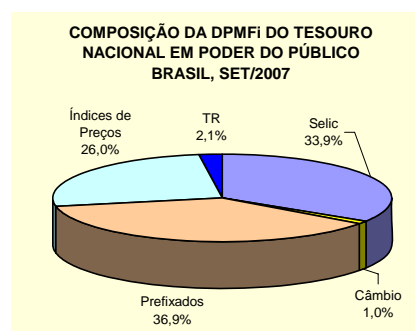
Em setembro, o estoque dos títulos prefixados correspondeu a 36,87% da DPMFi.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2006/2007

INDEXADOR	2006		2007
	SET	AGO	SET
Selic	41,42	35,02	33,94
Câmbio	1,36	1,08	1,01
Prefixados	33,00	36,45	36,87
Índices de Preços	21,99	25,25	26,04
TR	2,22	2,19	2,13

(%)

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público caiu de 13,74% a.a., em agosto, para 11,89% a.a., em setembro devido à: i) depreciação do dólar americano frente ao real (6,27% em setembro contra apreciação de 4,50% em agosto); ii) redução da taxa Selic (0,80% a.m em setembro contra 0,99% a.m. em agosto); e iii) menor variação do IPCA (0,18% em setembro contra 0,47%, em agosto). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi reduziu de 13,24% a.a. em agosto para 12,98% a.a. em setembro.

TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

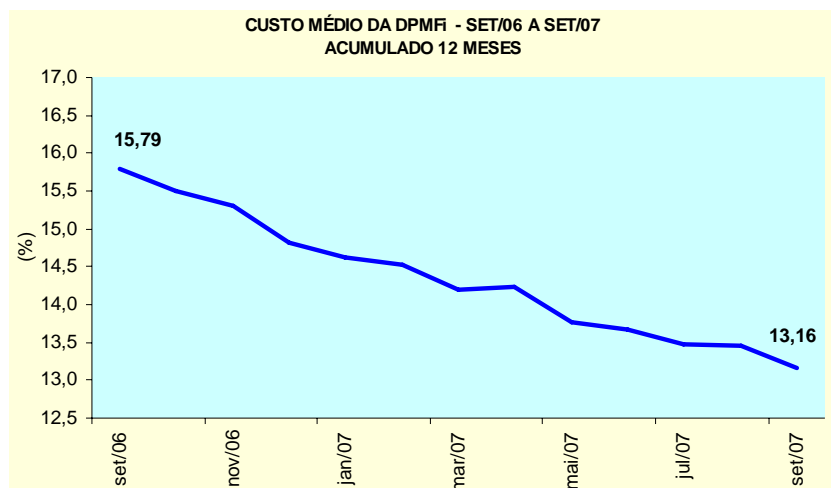
PERÍODO		(% anual)	
		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2006	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
	Dez	14,55	14,19
2007	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
	Mai	12,84	11,99
	Jun	12,80	12,71
	Jul	12,42	12,01
	Ago	13,24	13,74
	Set	12,98	11,89

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi caiu de 13,74% em agosto para 11,89% e setembro, explicado pela apreciação cambial e pela redução da taxa Selic.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu-se de 13,45% a.a. em agosto para 13,16% a.a. em setembro em virtude da redução da taxa Selic (0,80% a.m. em setembro de 2007 contra 1,06% a.m. no mesmo mês do ano anterior) e da depreciação do dólar americano frente ao real (6,27% em setembro de 2007, contra apreciação de 1,66% no mesmo mês do ano anterior).



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 13,16% a.a., apresentando redução de 0,29 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Em setembro, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,79 mês, passando de 35,26 meses para 36,05 meses, em virtude do resgate líquido de LFT (R\$ 12,2 bilhões) que resultou no aumento de prazo médio desse título de 2,18 meses. A emissão líquida de NTN-B, no valor de R\$ 9,3 bilhões (com prazo médio de emissão de 81,56 meses, superior ao prazo médio de estoque de 67,71 meses) também contribuiu para esse aumento. A vida média da DPMFi também

Prazo Médio

Em comparação a agosto, o prazo médio da DPMFi em poder do público aumentou 0,79 mês.

apresentou elevação ao passar de 53,77 meses, em agosto, para 54,83 meses, em setembro.

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

TÍTULOS	Meses		
	2006		2007
	SET	AGO	SET
LFT	20,48	23,21	25,39
LTN	9,45	9,78	9,18
NTN-B	58,18	67,40	67,71
NTN-C	77,88	82,03	81,70
NTN-D	19,85	10,32	9,39
TDA	60,59	55,04	55,62
Divida Securitizada*	84,47	85,03	84,28
Demais	71,82	48,35	47,22
TOTAL	29,82	35,26	36,05

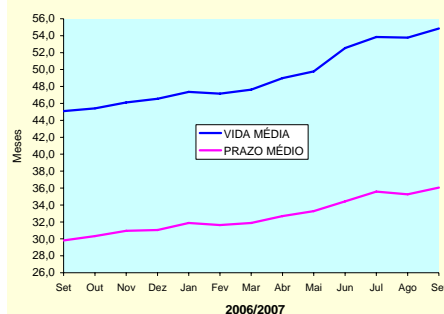
(*) Inclui divida agricola.

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2006/2007

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
		Meses	
2006	Set	45,10	25,11
	Out	45,42	25,76
	Nov	46,11	26,56
	Dez	46,55	26,72
2007	Jan	47,35	27,64
	Fev	47,16	27,42
	Mar	47,62	27,75
	Abr	48,99	28,72
	Mai	49,77	29,50
	Jun	52,52	30,66
	Jul	53,84	31,88
	Ago	53,77	31,58
Set	54,83	32,56	

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Dívida Externa Líquida

Em setembro, a Dívida Externa Líquida aumentou R\$ 8,1 bilhões, em decorrência do Programa de Resgate Antecipado e da apreciação cambial.

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de setembro de 2007 com saldo de R\$ 112,1 bilhões, o que representou redução de 0,4 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou decréscimo de 0,23%, alcançando US\$ 61,1 bilhões. Dentre os fatores que contribuíram para este resultado, destacam-se a mencionada apreciação cambial de 6,3% com relação ao mês de agosto e o cancelamento de R\$ 1,7 bilhão em títulos recomprados, por meio do Programa de Resgate Antecipado da DPFe.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO¹⁾
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006		2007
	SET	AGO	SET
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.074	93.711	87.341
Bônus de Renegociação	471	395	343
Bônus de Captação	108.602	93.316	86.998
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.183	26.789	25.058
Organismos Multilaterais	23.886,7	22.250,9	20.742,2
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.296,3	4.537,8	4.315,9
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	139.257	120.500	112.399
III. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-297	-294	-286
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III)	138.959	120.205	112.113
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	6,1%	4,9%	4,5%

1) Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

O serviço da DPFe, em setembro, totalizou R\$ 3,1 bilhões, dos quais R\$ 2,0 bilhões são referentes ao pagamento de principal e R\$ 1,1 bilhão ao pagamento de juros, ágio e encargos. Deve-se ressaltar que a maior parte da execução da dívida externa ocorreu devido ao Programa de Resgate Antecipado da DPFe, no qual foram utilizados R\$ 2,1 bilhões para o pagamento de principal, encargos e juros.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 3,1 bilhões no mês, dos quais R\$ 2,1 bilhões se referem ao Programa de Resgate Antecipado da DPFe.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, SET/2007

R\$ milhões

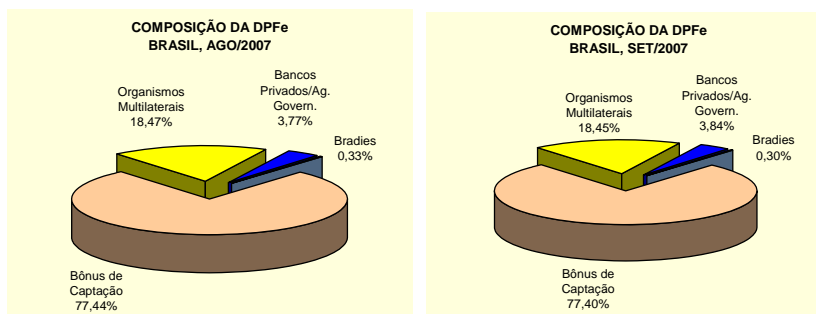
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	1.966,3	1.089,0	3.055,3
I.1. Organismos Multilaterais	165,7	88,8	254,5
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	58,0	13,9	71,9
I.3. Dívida Mobiliária	1.742,6	986,3	2.728,9
Pagamento Normal	29,4	563,7	593,1
BIB	29,4	11,7	41,1
Euro 2012	0,0	223,0	223,0
Global 2008	0,0	65,6	65,6
Global 2009	0,0	13,3	13,3
Global 2015	0,0	142,5	142,5
Global 2030	0,0	107,6	107,6
Recompras STN	1.713,2	422,6	2.135,8
Global A-Bond	339,4	33,8	373,2
Global 2010	28,4	3,5	32,0
Global 2011	61,6	11,6	73,3
Global 2012	78,3	16,2	94,5
Global 2013	214,3	47,3	261,5
Global 2014	111,9	31,5	143,3
Global 2015	24,6	3,3	27,9
Global 2019	28,4	6,6	35,0
Global 2024	107,8	28,9	136,6
Global 2025	72,0	17,6	89,5
Global 2027	41,7	17,6	59,3
Global 2030	9,5	7,1	16,6
Global 2034	9,5	1,8	11,2
Global 2040	585,9	196,0	781,9

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

Em relação à composição da DPFe, a participação dos Bônus de Captação manteve-se praticamente inalterada entre os meses de agosto e setembro, totalizando 77,40%.

Composição

Em setembro, os bônus de captação responderam por 77,40% da Dívida Pública Federal externa, seguidos pelas obrigações junto a organismos multilaterais, responsáveis por 18,45%.



Custo e Prazo Médios

O prazo médio da DPFe passou de 6,26 anos em agosto para 6,21 anos em setembro, redução natural decorrente da aproximação dos vencimentos dos títulos. A vida média da dívida externa também diminuiu, ao passar de 13,95 anos em agosto para 13,77 anos em setembro.

O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa para o mês de setembro de 2007 ficou em -2,52% a.a., reflexo da forte depreciação do dólar frente à moeda nacional (6,27% em setembro de 2007, contra apreciação de 1,66% em setembro de 2006).

Em setembro, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa era de 6,21 anos. O custo médio acumulado em 12 meses ficou em -2,52%.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2006/2007

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007	
	SET	AGO	AGO	SET
PRAZO MÉDIO (1)	6,00	6,26		6,21
Bônus de Renegociação	3,32	2,70		2,94
Bônus de Captação	6,01	6,28		6,22
Globais	6,67	6,73		6,70
Euros	3,25	3,22		3,19
Reais	6,04	7,13		7,05
Demais	0,62	-		-
VIDA MÉDIA (2)	13,85	13,95		13,77
Bônus de Renegociação	6,96	6,04		5,96
Bônus de Captação	13,88	13,98		13,80
Globais	15,97	15,77		15,66
Euros	4,61	4,12		4,02
Reais		14,57		14,48
Demais	0,77	-		-
CUSTO MÉDIO (3)	9,73	3,59		(2,52)
Bônus de Renegociação	3,38	(2,81)		(10,40)
Bônus de Captação	10,11	3,62		(2,49)
Globais	8,51	1,35		(6,62)
Euros	13,03	6,57		3,80
Reais	13,05	12,47		12,32
Demais	3,41	-		-

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

Tabela A6 – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Setembro 2006/2007

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Setembro 2006/2007

Tabela A11 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Setembro 2006/2007

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. RECEITA TOTAL	44.762,2	46.830,7	42.754,6	57.649,4	52.086,5	43.203,1	47.712,6	54.987,1	48.241,9	49.433,2	50.874,9	48.673,0	49.294,9
I.1. Receitas do Tesouro	34.232,2	36.394,7	32.144,3	40.074,7	42.552,2	32.632,1	37.043,0	44.277,9	37.301,7	38.405,3	39.608,0	36.891,7	37.834,8
I.1.1. Receita Bruta	35.832,8	37.958,9	33.406,2	41.495,4	43.111,8	32.739,2	37.416,3	45.169,2	37.644,4	39.635,9	40.913,9	38.808,9	39.374,0
- Impostos	15.121,4	15.777,2	13.823,3	20.986,1	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1	18.958,1	17.117,5	16.704,6	16.364,9
- Contribuições	17.035,0	16.985,4	16.394,2	17.294,4	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9	17.597,0	18.634,0	18.035,5	18.512,3
- Demais ¹	3.676,3	5.196,3	3.188,7	3.214,9	6.898,5	2.825,0	4.257,6	7.866,8	5.562,4	3.080,8	5.162,3	4.068,8	4.496,7
I.1.2. (-) Restituições	-1.600,5	-1.564,2	-1.261,8	-1.420,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7	-1.230,6	-1.305,9	-1.917,3	-1.529,2
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1
I.2. Receitas da Previdência Social	10.419,9	10.314,5	10.414,5	17.391,1	9.477,2	10.436,8	10.534,0	10.622,1	10.837,5	10.928,8	11.195,1	11.684,0	11.392,6
I.3. Receitas do Banco Central	110,1	121,5	195,7	183,6	57,1	134,3	135,6	87,2	102,7	99,1	71,8	97,3	67,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.749,3	6.453,2	9.357,3	9.285,7	8.133,4	8.892,8	7.648,8	8.570,4	9.423,7	9.678,0	7.733,1	8.487,2	7.896,9
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6	7.453,1	5.858,6	6.164,5	6.401,7
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115 ²	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8
II.3. Transferências da Cide	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0	0,0	465,9	0,0	0,0
II.4. Demais	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4	1.142,3	1.137,7	2.051,1	1.224,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	38.013,0	40.377,5	33.397,3	48.363,7	43.953,0	34.310,3	40.063,8	46.416,7	38.818,2	39.755,2	43.141,8	40.185,8	41.398,0
IV. DESPESA TOTAL	37.637,6	33.527,0	33.733,9	54.153,9	32.397,3	30.810,3	36.199,5	32.094,4	34.485,0	34.556,8	37.972,0	36.522,2	41.354,0
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais¹	8.543,5	8.481,4	9.272,1	13.016,5	10.437,4	8.902,6	9.848,3	8.467,6	8.656,1	9.030,9	11.104,7	8.682,0	8.962,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	18.986,5	13.357,8	13.301,2	19.446,0	13.173,2	13.232,3	15.225,4	13.486,7	14.187,3	14.315,3	14.407,9	14.270,4	20.550,4
IV.3. Custeio e Capital	9.908,4	11.507,0	10.922,0	21.359,0	8.677,6	8.447,4	10.893,4	9.939,5	11.446,2	11.031,8	12.298,8	13.362,0	11.672,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7	1.407,9	2.656,8	2.300,4	1.626,2
- Abono e Seguro Desemprego	1.417,3	1.563,7	890,3	1.665,3	842,6	804,7	1.120,7	1.007,0	1.175,2	1.368,3	2.584,1	2.271,9	1.555,2
- Demais Despesas do FAT	47,8	35,1	134,9	142,3	8,5	16,5	33,3	96,1	30,5	39,6	72,7	28,4	71,0
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas ³	-264,9	602,6	645,8	3.660,4	335,4	341,8	463,5	465,5	761,2	836,3	364,2	657,3	517,2
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	339,1
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	186,1	131,3	194,4	206,8	188,4	100,0	98,8	246,0	317,4	253,0	184,3	110,5	178,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) ⁴	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8	1.152,7	1.159,1	1.164,0	1.169,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.681,2	8.275,5	8.215,8	14.853,8	6.438,3	6.238,1	8.226,4	7.313,6	8.329,5	7.634,9	8.118,7	9.240,3	8.359,8
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	50,1	52,8	72,8	111,8	-6,7	74,9	64,4	28,8	53,9	11,3	11,7	38,1	11,1
IV.5. Despesas do Banco Central	149,2	127,9	165,8	220,7	115,8	153,1	167,9	171,9	141,4	167,6	148,9	169,7	157,4
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	375,4	6.850,4	-336,7	-5.790,2	11.555,8	3.500,0	3.864,4	14.322,3	4.333,2	5.198,4	5.169,9	3.663,5	44,0
V.1. Tesouro Nacional	8.981,1	9.900,1	2.520,2	-3.698,3	15.310,5	6.314,5	8.588,1	17.271,6	7.721,7	8.653,4	8.459,8	6.322,3	9.291,7
V.2. Previdência Social (RGPS) ⁵	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8	-3.386,4	-3.212,8	-2.586,4	-9.157,7
V.3. Banco Central ⁶	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-84,7	-38,7	-68,5	-77,1	-72,5	-89,9
VI. AJUSTE METODOLÓGICO⁷	234,6	182,3	81,2	56,3	97,9	258,8	258,2	213,1	237,3	133,9	158,4	305,4	101,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-545,4	733,9	179,5	-29,3	151,7	-1.098,9	-209,4	383,7	774,4	141,4	-376,3	-523,2	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL⁸	64,6	7.766,6	-76,0	-5.763,2	11.805,3	2.659,9	3.913,2	14.919,1	5.345,0	5.473,8	4.951,9	3.445,7	nd
IX. JUROS NOMINAIS⁸	-8.056,2	-10.272,7	-8.151,2	-7.551,7	-11.132,1	-7.659,4	-11.417,1	-10.458,0	-14.494,5	-8.229,7	-11.434,5	-8.118,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL⁸	-7.991,5	-2.506,1	-8.227,1	-13.315,0	673,2	-4.999,4	-7.503,9	4.461,0	-9.149,6	-2.755,9	-6.482,6	-4.672,5	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS ¹	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0	678,6	581,4	655,4	634,8
RMV ⁴	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8	162,3	160,7	159,1	157,5

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

¹ Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

² Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

³ Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

⁴ Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

⁵ Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

⁶ Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

⁷ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

⁸ Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	47.837,9	46.237,0	50.086,3	66.730,8	41.189,9	48.707,5	48.292,0	53.863,8	52.692,5	52.112,3	50.154,1	53.453,5	52.979,0
I.1 - Recolhimento Bruto	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6	37.120,5	35.194,6	39.700,5	36.900,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-10,1
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1	1.133,1	1.836,8	1.507,8	1.186,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5	116,8	118,5	141,5	129,5
I.5 - Receita do Salário Educação	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9	633,1	644,1	666,5	673,8
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.867,2	12.390,9	11.609,4	10.822,2	13.090,2	12.321,2	11.331,8	14.095,6
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3	18,6	38,8	105,4	3,4
II. DESPESAS	47.797,3	48.980,3	60.035,7	58.705,9	51.289,0	45.617,3	52.535,0	47.554,3	60.093,4	56.542,2	56.193,8	48.255,8	59.490,2
II.1 - Liberações Vinculadas	8.198,9	8.356,3	10.751,4	10.664,5	9.565,2	10.064,4	8.543,6	10.279,8	11.040,7	11.468,5	9.330,3	10.136,8	9.820,6
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1	7.944,0	6.240,4	6.567,3	6.816,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5	478,0	940,2	1.377,3	540,4
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7	1.082,6	270,8	271,6	270,8
II.1.4 - Outras Vinculações	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4	1.963,9	1.878,9	1.920,6	2.192,9
II.2 - Liberações Ordinárias	39.598,4	40.624,0	49.284,4	48.041,4	41.723,8	35.552,8	43.991,5	37.274,6	49.052,8	45.073,8	46.863,5	38.118,9	49.669,6
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	10.851,7	9.490,6	10.672,5	9.262,7	9.330,4	11.788,1	9.354,5	9.548,9	9.738,0
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8	639,9	993,1	717,5	267,2
i) Dívida Contratual Interna	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7	115,2	103,7	110,1	116,2
ii) Dívida Contratual Externa	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1	524,6	889,4	607,4	151,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0	9.400,0	14.530,0	3.005,0	9.732,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6	14.214,2	13.621,3	15.289,0	20.172,9
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.827,6	6.593,8	8.278,3	7.256,7	13.499,9	8.567,5	8.231,6	8.966,0	9.526,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	305,7	449,9	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1	464,1	133,0	592,4	232,9
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	40,5	-2.743,3	-9.949,5	8.024,9	-10.099,2	3.090,3	-4.243,0	6.309,5	-7.401,0	-4.429,9	-6.039,6	5.197,8	-6.511,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	31.252,8	41.246,8	44.885,5	43.226,0	55.420,0	29.251,3	43.442,9	51.770,7	36.079,5	46.413,0	19.602,6	12.357,6	34.026,6
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9	45.423,5	18.954,7	11.624,7	33.394,2
IV.2 - Outras Operações de Crédito	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6	989,5	647,9	732,8	632,5
V. DESPESAS	15.416,8	38.095,4	25.762,7	16.397,4	45.374,3	6.946,1	29.914,6	36.063,9	19.313,8	21.962,2	46.243,8	5.482,3	23.829,6
V.1 - Amortização da Dívida Interna	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8	21.863,7	44.186,8	3.979,1	23.504,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0	21.726,5	44.050,5	3.840,5	23.363,0
V.1.2 - Dívida Contratual	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8	137,2	136,3	138,6	141,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0	98,5	2.057,0	1.503,1	324,8
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	17.457,5	4.220,3	18.501,2	26.436,7	9.326,3	25.093,4	15.711,2	19.567,7	18.469,9	23.697,0	-25.095,8	7.784,2	10.031,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	27.141,6	-2.356,8	7.811,5	38.616,5	-13.194,2	35.292,8	4.357,4	3.067,6	21.542,3	19.609,2	-35.402,7	16.975,6	6.124,6

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	17.340,5	22.485,1	12.238,2	18.263,0	15.259,2	10.497,4	13.672,1	7.051,3	16.777,6	10.788,4	29.278,1	5.502,5	2.438,7
I.1. Emissão de Títulos	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6	7.756,0	26.899,0	2.578,8	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0	2.807,3	2.200,3	2.750,3	2.268,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0	225,1	178,8	173,4	170,3
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	6.075,3	25.250,0	13.600,0	14.500,0	28.400,0	600,0	18.600,0	26.000,0	4.600,0	11.200,0	32.000,0	600,0	0,0
II.1. Resgate de Títulos	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0	7.500,0	26.500,0	0,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0	3.700,0	5.500,0	600,0	0,0
III. RESULTADO (I - II)	11.265,2	-2.764,9	-1.361,8	3.763,0	-13.140,8	9.897,4	-4.927,9	-18.948,7	12.177,6	-411,6	-2.721,9	4.902,5	2.438,7

* Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	18,9	22,7	0,8	181,3	0,8	99,0	89,6	104,6	100,2	109,5	0,6	194,5	82,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,1	0,4	101,7	56,6	4,7	0,0	0,1	0,3	0,4	0,7	2,6	16,9	0,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	190,9	94,1	60,6	75,8	166,7	210,1	124,0	44,2	181,3	162,8	53,0	71,5	88,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6	3,2	0,0	0,0	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6	98,6	53,0	0,5	40,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	92,0	52,0	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0	61,0	0,0	71,0	48,0
IV. PRONAF	94,2	213,2	185,4	362,7	26,7	82,7	29,9	47,0	77,2	106,3	6,9	223,1	42,3
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	63,7	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5	42,7	8,6	205,2	34,9
IV.2. Concessão de Financiamento ¹	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7	63,6	-1,8	17,9	7,4
V. PROEX	6,9	47,4	9,0	274,0	-36,0	-131,2	147,2	7,4	65,7	45,0	26,0	21,9	22,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2	29,3	23,9	40,7	18,7
V.2. Concessão de Financiamento ¹	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5	15,7	2,1	-18,9	3,5
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)²	5,1	8,5	14,6	138,1	2,2	14,6	13,6	22,1	39,6	68,9	36,4	17,8	17,8
VII. CACAU	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,7	69,6	54,1	0,4	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	466,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA¹	54,1	93,0	88,1	554,7	23,6	19,4	27,9	42,1	35,1	88,9	51,1	60,5	118,9
XI. FUNCAFÉ	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)¹	-821,1	-8,0	-9,3	1.344,2	-41,6	-52,8	-67,6	-48,2	-58,4	-68,3	-50,8	-60,0	-83,8
XIII. TOTAL	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8	583,3	179,9	546,9	288,3

* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

¹ Concessão de empréstimos menos retornos.

² Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. DÍVIDA INTERNA	428.255,7	428.608,7	453.323,6	467.606,0	443.796,8	478.543,4	498.638,7	506.666,5	533.679,2	552.304,2	519.701,1	536.520,5	542.731,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4
Dívida Bancária	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4	23.313,9	23.209,3	23.106,8	22.988,8
INSS	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0	-18.244,1	-18.291,6	-18.359,2	-18.614,4
Lei 7.976/89	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4	-2.388,7	-2.304,5	-2.362,4	-2.237,8
Bônus Renegociação	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6	-8.650,7	-8.342,2	-8.750,6	-8.223,8
Lei 8.727/93	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8	-45.740,0	-45.591,8	-45.449,8	-45.330,4
Lei 9.496/97	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1	-270.548,2	-271.119,4	-272.293,2	-276.486,2
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1	-42.010,8	-42.092,3	-42.355,8	-43.149,3
Recebíveis das Estatais	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5	-38.637,3	-37.293,2	-37.679,7	-37.984,7
Outros	-41.261,7	-41.351,9	-41.715,0	-41.855,7	-41.891,9	-41.319,6	-41.314,4	-41.523,3	-40.627,9	-40.545,0	-40.622,4	-40.652,6	-41.665,9
Fat	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9
Demais Entidades	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.042,4	-56.340,8	-56.733,3	-57.532,1	-58.275,3	-59.112,0	-60.243,7	-61.491,8
Créditos das Operações Oficiais	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3	-12.658,8	-12.623,1	-12.838,5	-12.517,3
Arrecadação a Recolher	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.231,0	-8.542,0	-12.186,0	-9.345,0	-8.720,0
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	137.301,4	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0	120.205,2	112.113,4
Dívida Mobiliária	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1	93.711,0	87.340,8
Dívida Contratual	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8	26.788,6	25.058,1
Disponibilidades	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	567.215,2	566.417,2	593.530,5	606.555,8	580.845,9	615.844,8	630.915,1	637.916,0	655.656,6	674.799,1	635.226,1	656.725,7	654.845,1
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,0%	24,7%	25,7%	26,1%	24,8%	26,1%	26,5%	26,5%	27,0%	27,6%	25,9%	26,6%	26,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2	96.651,8	90.163,1	93.711,0	87.340,8
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	412,7	409,4	388,3	387,7	378,0	395,0	342,8
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	108.602,2	107.897,3	109.314,6	108.569,3	107.070,6	103.636,7	103.164,5	95.553,9	96.264,0	89.785,2	93.316,0	86.998,0
A-Bond	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	8.879,4	8.807,9	8.260,7	8.249,1	7.843,8	8.196,4	7.353,0
Euro 2006	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.658,5	1.681,2	1.571,7	1.578,8	1.555,9	1.619,9	1.588,7
Euro 2009	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	718,5	728,3	680,9	684,0	674,0	701,8	688,2
Euro 2010	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.160,1	1.176,0	1.099,4	1.104,3	1.088,3	1.133,1	1.111,3
Euro 2011	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7
Euro 2012	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.738,9	2.776,5	2.595,7	2.607,3	2.569,5	2.675,2	2.623,7
Euro 2015	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.191,1	2.221,2	2.076,6	2.085,8	2.055,6	2.140,1	2.098,9
Eurolibra 2007	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	568,0	572,8	537,8	544,6	-	-	-
Eurolira 2017	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4	1.009,9	995,2	1.036,2	1.016,2
Global 2007	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	1.966,3	1.950,5	1.849,8	1.847,2	-	-	-
Global 2008	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.227,4	3.201,5	3.002,0	2.997,8	2.922,2	3.053,6	2.862,0
Global 2009	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.598,2	2.577,3	2.433,0	2.429,6	2.368,3	2.474,8	2.319,5
Global 2010	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.955,5	2.811,1	2.788,5	2.542,9	2.539,3	2.458,4	2.568,9	2.380,1
Global 2011	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.521,3	1.509,1	1.371,6	1.369,6	1.335,1	1.395,1	1.247,8
Global 2012	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.191,3	2.173,7	1.925,3	1.922,6	1.777,7	1.857,6	1.665,1
Global 2013	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.555,7	2.535,1	2.261,4	2.258,2	2.173,0	2.270,7	1.920,5
Global 2014	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.406,4	2.387,0	1.983,3	1.980,5	1.854,7	1.938,1	1.708,0
Global 2015	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.305,8	4.271,2	3.906,0	3.900,6	3.459,3	3.614,8	3.364,1
Global 2017			3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.022,5	4.066,0	3.856,1	3.850,7	3.753,5	3.922,3	3.676,2
Global 2019	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	2.983,3	2.959,3	2.739,0	2.735,2	2.656,8	2.776,2	2.574,5
Global 2020	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.558,4	1.545,9	1.398,8	1.396,8	1.350,3	1.411,0	1.322,5
Global 2024	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.677,7	5.632,0	5.198,5	5.191,3	4.972,4	5.195,9	4.765,4
Global 2025	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.474,0	4.438,0	3.948,5	3.942,9	3.587,1	3.748,4	3.443,4
Global 2027	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.032,4	6.975,8	6.445,9	6.436,9	5.583,9	5.834,9	5.428,4
Global 2030	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.048,8	2.032,3	1.840,4	1.837,8	1.689,4	1.765,3	1.645,4
Global 2034	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.449,6	5.405,7	4.723,5	4.716,9	4.597,9	4.804,5	4.493,9
Global 2037	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.102,0	5.061,0	4.799,7	4.793,0	4.672,0	4.882,1	4.575,7
Global 2040	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.359,3	10.275,9	8.613,1	8.601,1	8.188,8	8.556,9	7.451,8
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	1.600,0	2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028						2.250,0	2.250,0	3.037,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5	3.787,5
Marco Alemão 2007	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	900,7	913,1	853,7	857,5	845,0	879,8	862,8
Samurai 2007	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.080,1	-	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	28.506,5	27.961,0	26.290,2	26.106,2	25.619,8	26.788,6	25.058,1
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5
IV. TOTAL (I+II+III) (*)	138.959,5	137.808,5	140.207,0	138.949,8	137.049,0	132.276,4	131.249,5	121.977,4	122.494,9	115.525,0	120.205,2	112.113,4
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA /PIB	6,1%	6,0%	6,1%	6,0%	5,9%	5,6%	5,5%	5,0%	5,0%	4,7%	4,9%	4,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOIRO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3	112.969,2	112.912,6	110.310,2	110.001,5	106.756,7	106.188,2	98.810,9	100.076,6	92.386,2	96.070,6	89.728,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3	394,7	386,7	406,1	343,7
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1	112.493,5	112.440,8	109.838,9	109.529,5	106.342,8	105.775,6	98.417,5	99.681,9	91.999,5	95.664,4	89.385,2
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3	8.553,4	7.871,7	8.280,2	7.477,2
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7	1.689,6	1.677,4	1.759,3	1.738,0
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7	703,4	699,7	735,2	727,6
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7	1.154,0	1.147,2	1.204,8	1.191,8
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8	2.715,4	2.696,4	2.828,4	2.794,8
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0	2.777,7	2.755,7	2.887,9	2.628,0
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8	2.149,1	2.130,6	2.231,3	2.201,3
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7	594,6	-	-	-
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3	1.011,4	1.005,9	1.056,8	1.045,7
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1	1.936,7	-	-	-
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8	3.077,9	3.025,0	3.186,9	2.949,6
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5	2.489,2	2.453,7	2.592,5	2.443,5
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8	2.590,6	2.528,9	2.664,3	2.488,8
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0	1.424,4	1.399,6	1.404,4	1.266,5
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7	2.022,5	1.788,6	1.886,0	1.705,8
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9	2.267,2	2.200,3	2.318,6	1.977,3
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6	2.077,0	1.863,9	1.964,6	1.746,3
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8	3.997,8	3.568,2	3.752,3	3.381,7
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7	3.996,4	3.762,3	3.951,0	3.721,5
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8	2.787,1	2.726,9	2.870,0	2.680,5
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2	1.479,0	1.358,0	1.434,0	1.358,1
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5	5.288,5	5.102,3	5.370,1	4.960,4
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7	4.083,8	3.741,4	3.773,0	3.491,1
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0	6.520,2	5.703,3	6.008,9	5.636,0
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6	1.909,7	1.772,8	1.870,5	1.659,4
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4	4.891,0	4.609,5	4.849,7	4.567,1
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1	4.945,7	4.682,2	4.921,7	4.640,0
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9	8.953,4	8.599,3	8.593,5	7.552,0
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1	3.183,3	3.027,1	3.058,3	3.089,6
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0	3.935,2	3.810,1	3.842,5	3.874,8
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0	868,8	861,1	901,7	889,3
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-	-	-	-	-
II. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1	31.157,3	30.542,3	30.219,4	30.341,6	28.867,2	28.284,5	26.568,9	26.362,3	25.890,4	27.116,4	25.354,5
III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5
IV. TOTAL (I+II+III)	141.102,8	143.778,8	143.208,5	140.250,3	140.055,2	135.344,4	134.187,3	125.124,8	126.175,9	118.018,8	122.892,6	114.797,9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA /PIE	6,2%	6,2%	6,2%	6,0%	5,9%	5,7%	5,6%	5,2%	5,2%	4,8%	5,0%	4,6%

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	1.355.232,1	1.359.034,0	1.381.457,3	1.398.749,6	1.395.355,1	1.439.358,4	1.458.285,5	1.461.032,5	1.497.719,7	1.523.150,4	1.493.201,9	1.515.985,0	1.530.509,7
I. Dívida em Mercado	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8	1.210.401,3	1.182.605,1	1.200.095,6	1.212.089,4
Dívida Securitizada	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1	21.533,6	21.688,8	21.740,5	21.280,7
TDA	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4	4.472,3	4.505,6	4.467,7	4.495,2
LTN	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6	350.728,6	310.482,8	314.723,3	320.842,8
LFT	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0	402.306,2	408.035,6	413.923,0	405.098,1
LFT-A	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3	3.787,3	3.776,4	3.765,5	3.747,1
LFT-B	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1	927,2	868,9	822,9	781,8
NTN-A	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3	8.407,7	8.225,3	8.618,1	8.077,8
NTN-B	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4	215.358,3	221.904,4	224.630,5	236.308,3
NTN-C	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7	64.929,9	63.572,2	64.554,2	65.380,1
NTN-D	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2	1.203,1	1.107,2	1.171,3	1.113,6
NTN-F	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8	117.289,2	119.037,4	122.177,3	125.484,3
NTN-I	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7	1.454,3	1.428,7	1.482,7	1.427,3
NTN-P	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3	3.522,8	3.535,0	3.426,1	3.443,9
CFT-A	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1	8.417,2	8.403,5	8.439,6	8.479,5
CFT-D	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4	1.630,1	1.582,2	1.646,2	1.536,1
Demais	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2	4.433,5	4.451,1	4.506,7	4.592,8
II. Dívida com BACEN	294.805,4	293.076,7	292.958,6	297.790,0	299.890,3	310.940,1	307.007,3	299.767,2	313.094,0	312.749,2	310.596,8	315.889,4	318.420,2
LTN	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9	146.087,2	138.519,8	142.275,2	143.810,3
LFT	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4	74.530,1	75.259,3	76.010,6	76.549,3
NTN-D	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4	9.293,7	5.837,0	5.967,4	5.656,2
Demais	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1	82.838,1	90.980,8	91.636,2	92.404,4
Dívida em Mercado/PIB	46,7%	46,5%	47,2%	47,4%	46,8%	47,9%	48,4%	48,3%	48,8%	49,5%	48,1%	48,5%	48,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Set/2006	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set/2007
I. INTERNA	-179.203,2	-181.014,8	-183.329,4	-184.302,3	-187.877,5	-189.402,2	-190.488,6	-191.216,0	-192.775,5	-193.445,4	-195.646,7	-196.595,2	-197.416,7
Dívida contratual	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	210,9	203,0	193,4	183,4	183,1	178,5	179,9	173,6
FAT	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.433,3	-133.359,7	-134.147,9	-134.482,8	-135.243,4	-135.170,2	-136.534,7	-136.351,5	-135.924,9
Aplicações financeiras	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8	-4.915,4	-4.898,9	-4.965,9	-5.009,5
Fundos Regionais	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.489,8	-35.838,5	-36.293,3	-36.769,5	-37.171,2
Demais	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9	-17.704,5	-18.098,3	-18.688,2	-19.484,6
II. EXTERNA	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5
Disponibilidades	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0	-263,1	-257,9	-294,4	-285,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-179.500,3	-181.353,5	-183.677,1	-184.548,7	-188.156,7	-189.689,9	-190.768,2	-191.501,5	-193.030,5	-193.708,5	-195.904,6	-196.889,6	-197.702,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,9%	-7,9%	-8,0%	-7,9%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-8,0%	-7,9%	-8,0%	-8,0%	-7,9%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	969.289	563.359	421.089	417.304	121.568	538.872	972.358	728.923	554.649	354.053	350.892	54.600	405.492
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.923	1.915	1.785	1.784	42	1.826	2.386	2.173	1.868	1.647	1.647	8	1.655
Advocacia-Geral da União	82.373	71.910	56.094	47.839	14.728	62.566	120.605	118.571	93.390	62.018	61.718	6.322	68.040
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	788.617	499.696	380.291	359.839	78.005	437.844	937.072	724.623	511.451	415.664	399.375	75.319	474.694
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095	1.312.303	1.067.225	958.558	265.849	1.224.407	2.712.177	2.306.445	1.546.395	1.212.363	1.118.446	370.412	1.488.858
Ministério da Fazenda	1.943.423	1.361.021	1.206.622	1.202.385	53.824	1.256.209	2.317.546	2.315.290	1.565.578	1.396.016	1.389.641	144.932	1.534.573
Ministério da Educação	6.893.814	4.872.443	3.709.735	3.461.418	815.051	4.276.468	8.092.439	7.976.418	5.432.086	3.842.573	3.804.500	1.031.877	4.836.378
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	461.652	320.178	288.143	287.783	19.022	306.805	531.120	494.384	400.570	320.164	319.788	19.824	339.612
Ministério da Justiça	857.291	544.207	464.444	457.935	131.698	589.633	1.204.754	1.138.963	816.333	657.005	648.144	68.746	716.891
Ministério de Minas e Energia	517.368	237.064	186.471	183.733	43.965	227.698	588.677	428.489	332.175	215.614	208.719	55.905	264.625
Ministério da Previdência Social	897.844	705.450	571.914	558.847	101.391	660.238	1.364.526	1.276.038	1.065.639	913.142	892.510	74.049	966.559
Ministério das Relações Exteriores	880.976	432.496	404.425	403.501	86.666	490.168	951.943	824.510	574.616	551.877	551.262	19.458	570.720
Ministério da Saúde	33.405.747	26.482.043	23.210.211	22.577.696	1.252.206	23.829.901	36.828.389	36.381.556	28.077.621	23.567.347	23.503.732	1.901.501	25.405.233
Ministério do Trabalho e Emprego	781.149	400.530	284.012	283.428	100.005	383.432	839.324	683.100	536.772	438.914	432.336	39.194	471.530
Ministério dos Transportes	854.002	387.745	268.810	260.235	62.971	323.206	837.837	650.745	389.514	224.772	219.413	118.177	337.590
Ministério das Comunicações	353.788	204.110	144.161	144.129	30.928	175.057	436.595	338.481	237.360	142.288	141.926	25.133	167.059
Ministério da Cultura	399.947	200.564	139.516	131.596	90.438	222.034	395.770	311.716	176.044	117.770	116.175	79.309	195.484
Ministério do Meio Ambiente	399.880	267.759	205.387	203.878	54.641	258.519	628.022	424.754	288.428	210.339	207.805	36.299	244.104
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	557.139	304.965	243.190	237.901	64.549	302.450	917.816	718.209	577.899	458.766	454.347	48.145	502.491
Ministério do Desenvolvimento Agrário	655.031	452.171	302.279	298.168	90.012	388.180	651.702	560.027	361.008	226.892	226.069	84.507	310.576
Ministério do Esporte	412.566	204.921	70.078	69.872	51.920	121.793	441.440	319.426	251.145	177.390	177.265	116.481	293.746
Ministério da Defesa	3.939.397	2.472.932	1.772.364	1.712.473	453.348	2.165.820	4.264.248	4.052.573	2.891.302	2.127.433	2.068.456	550.459	2.618.915
Ministério da Integração Nacional	298.718	142.902	97.369	95.110	57.953	153.064	290.344	201.616	121.424	77.470	76.194	45.736	121.931
Ministério do Turismo	357.953	227.208	170.679	170.534	39.950	210.483	397.364	272.766	231.832	125.381	124.775	36.259	161.034
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.226.807	7.146.566	6.737.488	6.715.964	85.740	6.801.704	10.633.752	10.372.276	8.508.282	7.666.563	7.650.777	112.472	7.763.249
Ministério das Cidades	402.652	260.853	188.769	182.577	48.570	231.147	450.513	338.816	231.096	190.771	164.652	61.763	226.414
Encargos Financeiros da União	340.786	131.399	107.270	107.270	29.808	137.078	394.700	379.739	303.347	202.802	200.917	36.615	237.532
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650	38.524	38.385	38.385		38.385							-
Operações Oficiais de Crédito	56.672	53.661	33.787	30.870		30.870							-
TOTAL	70.089.547	50.300.894	42.771.992	41.601.011	4.264.958	45.865.969	78.379.688	74.455.208	56.164.668	45.969.629	45.584.081	5.220.694	50.804.775

Dados preliminares.

 * Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2006/2007 *

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006						2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²			Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano ¹	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano ²		
				Do exercício	De exercícios anteriores	Total					Do exercício	De exercícios anteriores	Total
Gabinete da Presidência da República	114.910	26.139	13.029	12.070	37.027	49.096	678.759	413.118	88.427	47.807	47.825	40.686	88.510
Gabinete da Vice-Presidência da República	1	0	0	0	-	0	214	213	59	59	59	-	59
Advocacia-Geral da União	2.927	1.005	414	292	4.002	4.294	10.195	10.195	3.625	949	949	1.444	2.393
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.449	137.398	21.352	10.235	133.994	144.229	534.861	178.341	70.704	14.289	12.649	183.628	196.277
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.009.145	295.840	136.878	93.147	128.934	222.081	1.038.247	1.026.360	393.021	150.979	133.546	343.191	476.736
Ministério da Fazenda ³	392.281	96.887	18.699	17.678	108.002	125.679	56.076	50.476	21.243	17.115	16.781	170.736	187.517
Ministério da Educação	1.180.684	346.014	136.487	109.153	546.700	655.853	1.595.905	1.088.488	339.117	218.286	208.807	617.176	825.983
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	93.856	24.264	4.179	4.177	20.408	24.585	209.757	140.213	15.090	3.483	3.481	30.364	33.845
Ministério da Justiça	612.370	157.210	33.152	32.497	209.526	242.023	793.827	551.779	171.491	91.670	91.469	173.272	264.741
Ministério de Minas e Energia	115.983	9.644	4.684	4.612	3.343	7.955	48.918	34.052	10.573	3.672	3.528	8.007	11.535
Ministério da Previdência Social	292.164	13.820	48	36	49.663	49.698	45.800	37.492	19.010	4.975	4.106	71.343	75.448
Ministério das Relações Exteriores	39.506	7.933	6.464	6.464	2.902	9.366	42.159	31.541	9.879	9.135	9.135	6.136	15.271
Ministério da Saúde	3.297.792	1.276.800	180.017	179.228	917.751	1.096.979	3.796.193	1.750.586	426.531	137.758	137.014	1.081.778	1.218.792
Ministério do Trabalho e Emprego	26.450	4.472	3.299	3.294	7.889	11.183	64.486	53.334	23.251	17.208	16.356	6.140	22.496
Ministério dos Transportes	4.911.586	2.438.922	526.244	418.731	1.964.890	2.383.621	6.483.497	5.540.542	3.419.995	1.138.487	1.049.417	1.739.776	2.789.193
Ministério das Comunicações	109.961	8.919	4.369	877	21.032	21.909	84.365	71.708	8.030	1.696	1.696	10.466	12.163
Ministério da Cultura	134.085	75.393	8.604	7.579	26.213	33.793	243.969	107.899	52.660	16.240	16.124	58.249	74.373
Ministério do Meio Ambiente	94.119	12.789	3.860	3.495	25.770	29.265	70.274	79.332	3.543	1.138	1.123	27.855	28.977
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	64.335	33.460	3.152	3.151	7.251	10.402	52.338	43.329	20.666	425	387	16.706	17.093
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.673.434	1.049.483	651.768	644.839	120.137	764.977	1.712.083	1.521.644	850.216	635.383	633.534	195.038	828.572
Ministério do Esporte	471.678	274.536	5.968	5.967	92.543	98.511	461.968	120.643	155.956	28.034	27.971	150.768	178.739
Ministério da Defesa	1.964.064	846.464	309.431	297.843	426.043	723.886	2.407.989	1.690.795	946.095	473.078	459.136	411.130	870.266
Ministério da Integração Nacional	1.813.486	584.785	126.903	76.915	496.599	573.514	1.801.846	638.917	278.551	37.347	36.327	426.678	463.006
Ministério do Turismo	884.929	376.015	2.439	2.439	117.528	119.968	1.346.698	294.304	314.668	2.251	1.296	214.850	216.146
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	212.510	100.687	42.695	42.677	21.690	64.367	232.938	123.528	14.628	3.474	3.474	41.981	45.455
Ministério das Cidades	2.288.351	845.482	29.672	29.492	464.731	494.224	3.223.484	1.171.848	450.964	19.854	19.296	512.069	531.365
TOTAL	22.243.056	9.044.361	2.273.804	2.006.888	5.954.569	7.961.457	27.036.846	16.770.677	8.107.993	3.074.793	2.935.485	6.539.467	9.474.952

Dados preliminares.

* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

¹ Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

² "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

³ Inclui "Encargos Financeiros da União".

TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ SETEMBRO 2006/2007 *

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006						2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano1			Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano1		
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos ²	Total
CAMARA DOS DEPUTADOS	122.564.800	6.930.408	3.957.798	3.953.088	5.587.167,9	9.540.256	115.085.000	7.631.958	1.942.959	1.932.094	16.892.214	18.824.309
SENADO FEDERAL	102.823.690	20.851.999	7.152.528	7.152.528	9.136.503,2	16.289.031	127.145.615	17.089.517	7.384.334	7.381.035	16.016.822	23.397.857
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	39.082.458	5.305.127	4.008.225	4.007.795	1.360.705,4	5.368.500	53.646.711	4.979.790	2.987.328	2.987.328	3.496.646	6.483.974
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	18.957.146	2.851.411	1.534.180	1.532.878	13.660.091,5	15.192.969	75.989.308	29.003.579	10.406.765	10.372.266	21.931.755	32.304.021
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	13.405.200	1.096.645	589.220	589.220	6.972.787,9	7.562.007	9.499.577	3.958.980	1.243.579	1.241.863	3.645.136	4.886.999
JUSTICA FEDERAL	232.345.174	143.776.911	98.926.186	98.704.478	91.420.252,1	190.124.730	248.822.557	175.731.502	136.322.724	136.092.669	126.820.112	262.912.781
JUSTICA MILITAR	6.045.770	1.194.087	423.499	420.125	1.588.630,2	2.008.755	7.585.301	999.976	683.920	616.668	2.116.730	2.733.398
JUSTICA ELEITORAL	153.453.772	71.167.621	53.097.308	50.505.742	68.202.813,8	118.708.556	181.641.737	98.159.094	35.658.922	35.163.469	50.510.931	85.674.400
JUSTICA DO TRABALHO	207.100.937	61.670.893	31.632.440	31.031.699	134.682.839,7	165.714.539	216.064.283	57.929.433	20.340.554	19.889.081	99.549.984	119.439.065
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	39.292.500	14.796.953	12.653.696	12.653.696	23.650.425,0	36.304.121	45.918.000	5.938.332	2.776.775	2.325.766	23.260.625	25.586.391
PRESIDENCIA DA REPUBLICA ³	141.021.364	35.940.416	17.147.443	22.941.378	28.007.368,9	50.948.747	854.969.007	119.342.581	63.448.723	57.528.683	54.312.004	111.840.688
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	116.954.562	76.142.363	3.179.766	3.239.542	7.087.879,0	10.327.421	55.066.452	21.798.699	1.101.465	1.130.852	131.170.229	132.301.082
MINIST. DA AGRICUL., PECUARIA E ABASTECIMENTO	442.948.702	160.394.057	41.016.326	37.093.487	164.745.329,2	201.838.816	545.121.006	110.283.804	43.597.712	44.812.301	193.908.829	238.721.130
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	1.076.095.711	322.936.626	152.802.453	110.541.214	84.978.144,5	195.519.358	1.039.446.794	381.092.979	145.470.517	143.509.748	285.481.525	428.991.273
MINISTERIO DA FAZENDA ⁴	507.316.345	114.612.674	31.377.346	34.681.534	123.723.289,4	158.404.823	132.757.144	31.723.486	22.533.132	22.814.723	185.578.044	208.392.766
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.244.092.186	355.991.752	139.781.249	128.198.030	562.147.159,9	690.345.189	2.050.673.696	366.565.965	223.202.404	236.900.732	684.470.119	921.370.850
MINISTERIO DO DESENV. IND. E COMERCIO EXTERIOR	104.340.597	24.263.703	4.178.847	4.481.399	20.103.739,9	24.585.139	218.757.102	15.089.934	3.483.222	15.473.966	18.171.509	33.645.475
MINISTERIO DA JUSTICA	957.840.386	312.900.280	102.739.943	141.160.527	171.046.110,3	312.206.637	987.825.145	330.375.125	229.640.877	230.634.773	302.154.982	532.789.755
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	115.982.675	10.778.343	3.976.899	4.546.918	4.556.651,9	9.103.570	49.286.107	12.267.019	4.467.861	4.826.646	13.940.151	18.766.797
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	308.164.288	21.108.737	2.481.940	1.819.391	49.658.838,7	51.478.230	45.800.000	18.989.154	4.974.873	4.672.201	78.414.073	83.086.274
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	155.442.964	38.910.168	8.876.329	8.856.071	56.108.195	64.964.266	307.789.384	76.006.518	50.229.705	50.110.689	77.621.153	127.731.843
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	39.506.376	7.920.702	6.462.425	6.651.397	2.712.920,9	9.364.318	42.159.236	9.879.002	9.135.221	9.218.385	6.002.830	15.221.214
MINISTERIO DA SAUDE	3.297.792.030	1.265.355.430	177.621.524	207.587.195	855.692.629,5	1.063.279.824	4.645.831.331	495.235.396	138.527.548	161.262.766	1.013.407.102	1.174.669.868
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	40.449.704	10.279.686	7.331.894	9.081.967	5.734.908,6	14.816.876	64.485.893	23.251.384	17.207.906	16.995.475	8.225.952	25.221.427
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	6.061.741.049	3.259.785.879	739.998.404	676.017.821	1.928.653.909,6	2.604.671.731	9.768.041.188	5.174.149.613	1.532.650.505	1.503.219.998	1.949.295.890	3.452.515.888
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	109.960.594	8.919.205	4.368.837	2.839.129	19.070.076,0	21.909.205	174.365.323	8.030.083	1.696.214	1.700.083	10.181.173	11.881.257
MINISTERIO DA CULTURA	134.085.311	75.267.883	8.547.020	8.705.357	24.436.209,1	33.141.567	243.969.226	52.639.053	16.231.722	16.505.069	57.560.983	74.066.051
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	137.905.878	33.641.228	12.398.567	14.940.467	26.567.353,0	41.507.820	95.267.381	3.547.941	1.120.517	4.460.897	25.056.464	29.517.361
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	2.341.248.207	1.220.389.845	669.069.157	679.363.857	111.745.353,6	791.109.211	1.768.746.852	818.337.949	606.199.908	625.682.638	178.211.493	803.894.131
MINISTERIO DO ESPORTE	532.903.496	336.589.120	50.963.242	58.381.738	83.253.926,2	141.635.665	604.468.494	294.339.277	148.501.335	158.045.385	154.691.765	312.737.150
MINISTERIO DA DEFESA	2.336.731.194	1.195.750.622	578.519.481	598.665.933	548.454.235,1	1.147.120.168	3.142.079.562	1.413.283.068	884.270.292	871.007.305	616.183.429	1.487.190.734
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.881.703.629	641.983.097	130.520.148	168.336.673	481.314.074,6	649.650.748	3.584.244.077	757.338.259	119.548.562	196.940.709	444.154.726	641.095.434
MINISTERIO DO TURISMO	1.309.929.071	801.002.805	162.427.845	163.637.846	116.278.089,3	279.915.935	1.346.698.000	314.668.210	2.251.123	29.909.338	282.106.852	312.016.190
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	213.410.284	101.238.465	42.665.281	45.261.541	17.277.939,8	62.539.481	233.536.470	14.627.516	3.474.027	30.087.641	15.489.858	45.577.498
MINISTERIO DAS CIDADES	3.290.370.086	1.826.096.001	56.748.712	101.560.157	436.367.683,6	537.927.841	5.975.168.469	1.732.641.298	24.611.978	48.528.538	641.263.674	689.792.212
TOTAL	27.833.008.136	12.587.841.142	3.369.176.157	3.449.141.819	6.285.984.232	9.735.126.051	39.057.951.428	12.996.925.474	4.517.325.297	4.703.981.780	7.791.295.764	12.495.277.544

Dados preliminares.

* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento e Inversões Financeiras (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

¹ "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifai após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

² Inclui Ordens Bancárias do último dia do ano anterior, com impacto no caixa no ano seguinte

³ Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

⁴ Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



F P E / F P M / I P I Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim -Ano XII - nº 9 Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Setembro / 2007

Comentários

Em Setembro de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.335.616,9 (mil), em Setembro de 2007, contra R\$ 5.137.458,99 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R\$ Mil

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Agosto	Setembro	Janeiro a	Agosto	Setembro (1)	Janeiro a	Set / 2007	Set/ 2007	Jan a Set/ 2007
			Setembro			Setembro (1)	Ago / 2007	Set / 2006	Jan a Set/ 2006
FPM	2.390.043,9	2.220.616,0	21.998.016,5	2.517.762,6	2.592.859,6	24.384.970,4	3%	16,8%	10,9%
FPE	2.282.958,8	2.121.122,0	21.012.400,6	2.405.861,8	2.477.621,4	23.299.204,2	3%	16,8%	10,9%
IPI	184.787,3	238.043,3	1.663.305,1	213.834,6	265.135,8	1.876.171,6	24%	11,4%	12,8%

Deduzidos 16,66% do FUNDEB. (1) Incluída a distribuição dos valores referentes ao PAEX 2006 e PAEX 2007 (até agosto) efetuada nos dias 26 e 27 de setembro/2007, já descontado também o FUNDEF – 15% (sobre o valor referente ao PAEX 2006).

Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	out/set	nov/out	dez/nov
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	- 12,0% %	+ 17,0% %	+ 21,0% %
IPI-EXP	- 7,0% %	- 5,0% %	+ 9,0% %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/08/2007 a 20/09/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	TOTAL
Ago/3º DEC	775.534.257,00	7.239.019.853,00	8.014.554.110,00	Set/1º DEC	1.436.055.818,06	1.502.849.111,92	64.633.025	3.003.537.955
Set/1º DEC	731.074.241,00	2.260.269.468,00	2.991.343.709,00	Set/2º DEC	535.991.957,78	560.921.816,71	60.927.728	1.157.841.503
Set/2º DEC	1.631.351.561,00	1.009.415.080,00	2.640.766.641,00	Set/3º DEC	473.175.207,73	495.183.358,94	135.956.840	1.104.315.407
TOTAL	3.137.960.059,00	10.508.704.401,00	13.646.664.460,00	TOTAL	2.445.222.983,57	2.558.954.287,57	261.517.593,64	5.265.694.865
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (2)	FPM (2)	IPI-EXP (2)	TOTAL
2006 - PAEX	10.989.509,51	42.430.004,00	53.419.513,51	26/09/07	9.762.439,11	10.216.506,04	934.019	20.912.964
2007 - PAEX	32.207.656,29	94.122.740,28	126.330.396,58	27/09/07	22.636.006,66	23.688.844,18	2.684.186	49.009.037
Total PAEX	43.197.165,81	136.552.744,28	179.749.910,09	TOTAL	32.398.445,77	33.905.350,22	3.618.205,04	69.922.001

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 16,66% para o FUNDEB. (2) Deduzidos 15% para o FUNDEF dos valores do PAEX de 2006.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI - EXP (1)
ACRE	AC	13.688	84.759	43
ALAGOAS	AL	61.747	103.072	784
AMAZONAS	AM	35.691	69.136	7.074
AMAPÁ	AP	8.868	84.536	250
BAHIA	BA	234.150	232.802	20.725
CEARÁ	CE	135.545	181.781	2.452
DISTRITO FEDERAL	DF	5.260	17.101	165
ESPIRITO SANTO	ES	45.077	37.164	12.017
GOIÁS	GO	93.587	70.441	2.706
MARANHÃO	MA	108.235	178.840	2.773
MINAS GERAIS	MG	340.463	110.366	30.414
MATO GROSSO DO SUL	MS	38.267	33.002	1.802
MATO GROSSO	MT	47.770	57.181	2.463
PARÁ	PA	93.764	151.432	10.766
PARAÍBA	PB	83.816	118.651	697
PERNAMBUCO	PE	125.316	170.961	1.946
PIAUI	PI	68.757	107.068	76
PARANÁ	PR	176.356	71.435	26.871
RIO DE JANEIRO	RJ	75.818	37.851	34.598
RIO GRANDE DO NORTE	RN	64.351	103.513	936
RONDÔNIA	RO	23.648	69.760	407
RORAIMA	RR	15.899	61.462	19
RIO GRANDE DO SUL	RS	172.743	58.343	32.458
SANTA CATARINA	SC	100.413	31.709	19.463
SERGIPE	SE	36.754	102.953	140
SÃO PAULO	SP	347.017	24.776	53.027
TOCANTINS	TO	39.860	107.529	66
TOTAL		2.592.860	2.477.621	265.136

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB. Incluída a distribuição dos valores referentes ao PAEX 2006 e PAEX 2007 (até agosto) efetuada nos dias 26 e 27 de setembro/2007, já descontado também o FUNDEF - 15% (sobre o valor referente ao PAEX 2006). PAEX - Vide comunicado disponibilizado pelo Tesouro Nacional na internet no endereço http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/download/comunicado_internet_PAEX.pdf.

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução da Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
E-mail: transferencias.stn@fazenda.gov.br